



SONAE COM

RELATÓRIO  
E CONTAS  
1S14



*A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.*



## Índice

1.	Resultados Consolidados Sonaecom	4
1.1	NOS	6
1.1.1	Indicadores Financeiros	6
1.1.2	Desempenho bolsista	6
1.2	Software e Sistemas de Informação (SSI)	7
1.2.1	Indicadores Operacionais	7
1.2.2	Indicadores Financeiros	8
2.	Resultados individuais da Sonaecom SGPS	9
2.1	Dados Operacionais	9
2.2	Dados Financeiros	10
3.	Principais Desenvolvimentos Corporativos no 2T14	11
4.	Eventos Subsequentes	12
5.	Outros Indicadores	13
5.1	Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom	13
5.2	Balanço Consolidado da Sonaecom	14
5.3	FCF Alavancado da Sonaecom	14
6.	Governo da Sociedade	15
7.	Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas	16
8.	Declaração para os efeitos do Artigo 245º do Código de Valores Mobiliários	20
9.	Informação Financeira	21
9.1	Demonstrações Financeiras consolidadas da Sonaecom	21
9.2	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	29
9.3	Demonstrações Financeiras individuais da Sonaecom	91
9.4	Anexo às demonstrações financeiras individuais	98



## 1. Resultados Consolidados Sonaecom

### Notas Introdutórias

Até 26 de agosto de 2013, a Optimus - SGPS, S.A. (Optimus) era integralmente detida pela Sonaecom, SGPS, S.A. (Sonaecom). Após a concretização da fusão entre a Optimus e a ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Zon), a Sonaecom detém, desde 27 de agosto de 2013, uma participação de 50% no capital da ZOPT, SGPS, S.A. (ZOPT) que, por sua vez, detém uma participação de 50,01% no capital da NOS, SGPS, S.A. (NOS, anterior ZON Optimus, SGPS, SA.).

Adicionalmente, a Sonaecom deteve, até 25 de fevereiro de 2014, uma participação direta de 7,28% no capital da NOS. Após essa data, na sequência da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias lançada pela Sonaecom, a participação direta no capital social da NOS foi reduzida para 2,14%.

O portefólio da Sonaecom inclui, ainda, 100% das áreas de Software e Sistemas de Informação (SSI) e Público, cujos resultados são integralmente consolidados, e alguns negócios de Media, cujos resultados são consolidados através do Método de Equivalência Patrimonial.

A Sonaecom ajustou as suas demonstrações de resultados de 2013 numa base pro-forma, assumindo que a fusão da Optimus e da Zon ocorreu em 1 de janeiro de 2013, com alguns efeitos de consolidação na empresa veículo co-controlada. Este critério, para além de assegurar uma comparação mais simples e rigorosa entre os resultados de 2013 e 2014, encontra-se em linha com o atual método de reporte pro-forma adotado pela NOS, assim como com as expectativas do mercado.

Adicionalmente, a participação direta no capital da NOS encontra-se registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados'.

---

### Volume de Negócios

No 1S14, o Volume de Negócios consolidado alcançou 65,6 milhões de euros, aumentando 0,3% face ao 1S13. Este desempenho foi consequência do aumento de 17,6% das Vendas de Equipamento, que mais do que compensou a diminuição de 4,9% das Receitas de Serviço, que totalizaram 47,7 milhões de euros. Contudo, é importante salientar o aumento de 5,7% das Receitas de Serviço entre o 1T14 e o 2T14.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 63,2 milhões de euros, 3,1% acima do valor registado no mesmo período de 2013. O nível de Custos com Pessoal aumentou 2,7% entre os dois períodos, principalmente devido ao aumento do número de colaboradores. Os Custos Comerciais aumentaram 23,4%, para 16,6 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na SSI, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, o decréscimo é maioritariamente explicado pelo baixo nível de provisões e de custos Gerais e Administrativos.

### EBITDA

O EBITDA atingiu 12,1 milhões de euros, 38,4% abaixo do totalizado no 1S13 em resultado, principalmente, da linha referente ao Método de Equivalência Patrimonial, particularmente afetada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS. No que diz respeito à evolução do EBITDA do portefólio, este alcançou 3,1 milhões de euros, 36,1% abaixo do totalizado no 1S13.

A margem EBITDA do portefólio registou 4,8%, um valor que compara com 7,5% no mesmo período de 2013. Esta evolução é sobretudo impulsionada pelo elevado peso das Vendas de Equipamento, as quais geram menores margens.

### Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 47,8% quando comparado com o período homólogo do ano anterior, encerrando o semestre com 8,7 milhões de euros. Este decréscimo é maioritariamente explicado por um maior nível de Depreciações e Amortizações (D&A) e por um menor EBITDA.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de 6,3 milhões de euros no 1S14, com o ajustamento ao justo valor da NOS, tendo por base o preço de mercado, contribuindo com um valor negativo de 7,9 milhões de euros, apesar dos dividendos recebidos no montante de 1,3 milhões de euros através da participação directa de 2,14% na NOS.

O EBT da Sonaecom diminuiu 19,9 milhões de euros, para 2,3 milhões de euros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 2,6 milhões de euros, valor que compara com 20,3 milhões de euros obtidos no 1S13.



#### CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional do portefólio diminuiu de 3,0 milhões de euros para 2,9 milhões de euros, em linha com a evolução do CAPEX Operacional da SSI.

#### Estrutura de Capital

A Dívida Bruta alcançou 17,6 milhões, face a 381,7 milhões de euros obtidos no 1S13. A Dívida Líquida totalizou um confortável valor negativo de 157,0 milhões de euros – uma posição de *cash* positiva. No 1S13, a Dívida Líquida situou-se em 265,4 milhões de euros, um valor significativamente mais alto, maioritariamente devido ao facto de incorporar a subsidiária Optimus.



## 1.1. NOS

<b>TOTAL RGUs</b>	<b>RGUs CONVERGENTES</b>	<b>% Clientes 3P &amp; 4P</b>	<b>Subscritores IRIS</b>
7.295,6 milhares	1.007,7 milhares	69,2%	561,3 milhares

### 1.1.1 Indicadores Financeiros

Milhões de euros	2T13	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13	1S14	Δ 14/13
<b>DESTAQUES NOS PRO-FORMA</b>								
Volume de Negócios	357,1	345,0	-3,4%	337,3	2,3%	708,9	682,3	-3,8%
EBITDA	140,3	133,6	-4,8%	129,9	2,9%	278,3	263,5	-5,3%
Margem EBITDA (%)	39,3%	38,7%	-0,6pp	38,5%	0,2pp	39,3%	38,6%	-0,6pp
Resultado Líquido	30,6	18,4	-39,8%	25,3	-27,1%	58,1	43,7	-24,8%
CAPEX	66,7	88,6	33,0%	56,7	56,4%	127,2	145,3	14,2%
EBITDA-CAPEX	73,7	45,0	-38,9%	73,2	-38,5%	151,1	118,2	-21,8%
CAPEX Recorrente	65,6	71,8	9,5%	52,7	36,2%	124,2	124,6	0,3%
EBITDA-CAPEX Recorrente	74,7	61,8	-17,3%	77,1	-19,9%	154,2	138,9	-9,9%

As Receitas Operacionais da NOS registaram 682,3 milhões de euros no 1S14, uma diminuição de 3,8% face ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA alcançou 263,5 milhões de euros, uma redução de 5,3% quando comparado com o 1S13.

No 1S14, o CAPEX Recorrente manteve-se em linha com o ano anterior, atingindo 124,6 milhões de euros.

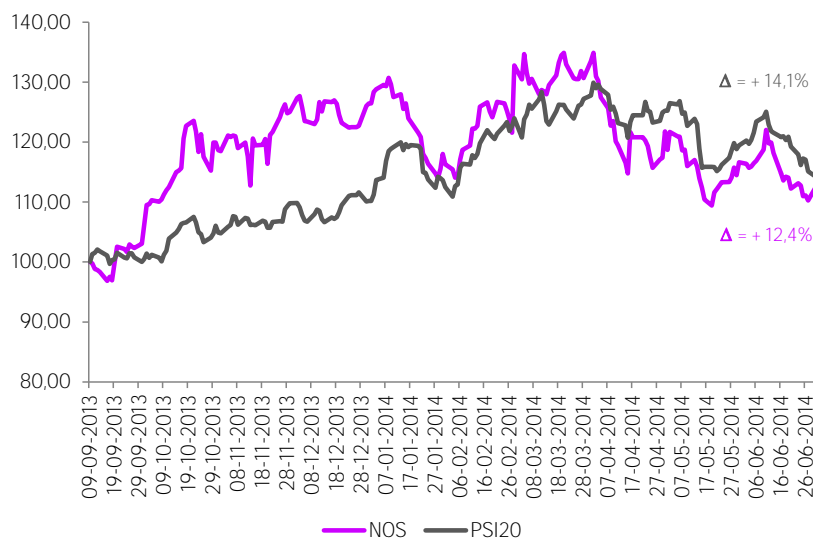
Como consequência da evolução do EBITDA, o EBITDA-CAPEX Recorrente diminuiu 9,9%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA manteve-se em 1,9x no final do 1S14.

A maturidade média da Dívida Financeira Líquida é de 2,1 anos.

A NOS publicou os resultados do 1S14 em 30 de julho de 2014, disponíveis em [www.nos.pt](http://www.nos.pt).

### 1.1.2 Desempenho bolsista



No seguimento da fusão entre a Optimus e a ZON (actualmente NOS), e desde o primeiro dia de negociação em bolsa das novas ações emitidas, 9 de setembro, até 30 de junho de 2014, a capitalização bolsista da empresa valorizou 12,4%, o que corresponde a um aumento do preço da ação de €4,27 para €4,80. No mesmo período, o PSI20, principal índice nacional, valorizou 14,1%.



## 1.2. Software e Sistemas de Informação (SSI)

Tendo alcançado um crescimento consistente desde o seu lançamento, no final de 2002, seguindo uma abordagem dinâmica na gestão do seu portefólio, a divisão da SSI incluía no final do 1S14 quatro empresas do setor de IT/IS, focadas na expansão internacional.

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance*, continuou a expandir a sua presença internacional. A Empresa, que colabora com algumas das principais empresas mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 180 operadores de telecomunicações de mais de 90 países, encerrou o 1S14 com as Receitas Internacionais a representar 75% do Volume de Negócios. Focada na melhoria contínua dos seus serviços e produtos de *software*, a WeDo Technologies anunciou, em fevereiro de 2014, o lançamento do RAID:FMS 7. Este *software* permite aos prestadores de serviço a gestão de ameaças de risco associados a novos produtos e serviços numa única plataforma.

De salientar ainda que, durante 2014, a empresa adquiriu novos clientes no Paquistão, Marrocos, Bahrein, Omã, Suíça, Hungria, Alemanha, México (um dos principais retalhistas), Madagáscar, Bangladesh, Malásia e Portugal (uma empresa de energia) que refletem claramente o crescimento da empresa neste mercado, em Portugal e no estrangeiro.

O 1S14 foi de igual modo marcado por mais uma edição bem-sucedida do evento *WeDo's User Group* que contou com mais de 240 participantes e 18 clientes oradores, especialistas da indústria e pares.

A Saphety continua a consolidar a sua posição em soluções *purchase-to-pay*, otimização de processos de negócio e sincronização de dados de informação e multimédia para as organizações mundiais da GS1. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.100 clientes e 100.000 utilizadores em cerca de 20 países. No decorrer do 1S14, a Saphety conquistou quatro novos contratos, incluindo a Wal-Mart no México, o maior retalhista e organização pública do mundo; a GS1 Greece e a GS1 México, duas referências para as nossas soluções de sincronização, e a Yazaki no Brasil, com a implementação do SaphetyDoc em mais de 76 fornecedores no setor automóvel. Adicionalmente, de salientar que o mercado internacional representou, no 1S14, cerca de 35% do total de encomendas.

A Mainroad possui um portefólio extenso, que inclui *IT outsourcing*, *information security solutions*, serviços de *data center*, *cloud computing*, soluções de *gestão de serviços de IT* e gestão de bases de dados e SAP. No 1S14, a Mainroad esteve focada na oferta de soluções de *information security*, criando uma nova unidade de negócio de serviços de segurança, a qual integra a unidade de negócio existente e a divisão de *network security* da Praesidium. A Praesidium, com mais de 130 clientes em 85 países, contribuiu para potenciar a dimensão internacional da Mainroad, assim como as suas encomendas, as quais cresceram 33% face ao período homólogo de 2013. Relativamente à infraestrutura da Mainroad, com *data centers* em Lisboa e Porto, verificou-se a continuação do investimento tecnológico, com vista à melhoria da eficiência energética das soluções e a expansão da infraestrutura como plataforma de serviços de suporte às soluções de *cloud* da organização.

No 2T14, depois da Bizdirect ter lançado um centro de competências em Viseu (no 1T14), a empresa adquiriu os primeiros clientes. Este centro foi criado para dar resposta ao crescimento da procura de projetos em áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), investindo na formação de profissionais e focando-se no mercado internacional. O investimento em equipamento de IT e *software* registou também algumas melhorias, as quais permitiram à Bizdirect aumentar o seu Volume de Negócios em 24,4% no 1S14 face ao período homólogo de 2013.

### 1.2.1 Indicadores Operacionais

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	2T13	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13	1S14	Δ 14/13
Receitas Serviços IT/Colaborador <sup>(1)</sup> ('000 euros)	36,5	33,5	-8,2%	33,5	0,1%	72,4	67,0	-7,5%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	20,7%	24,6%	3,9pp	20,0%	4,6pp	18,6%	22,5%	3,9pp
Vendas Equipamento/Colaborador <sup>(2)</sup> ('000 euros)	188,1	327,8	74,3%	151,7	116,1%	328,2	440,7	34,3%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	5,0	3,7	-25,5%	4,5	-18,5%	10,3	8,2	-20,0%
Colaboradores	664	712	7,2%	687	3,6%	664	712	7,2%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

As Receitas de Serviço de IT por Colaborador atingiram 67,0 mil euros no 1S14, 7,5% abaixo do 1S13, devido ao efeito do crescimento de 7,2% no número de colaboradores. O rácio EBITDA por Colaborador atingiu 8,2 mil euros, 20,0% abaixo do período homólogo de 2013, fruto da evolução do EBITDA, associado ao crescimento do número de Colaboradores.



As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios aumentaram de 18,6% para 22,5%, em virtude da evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

## 1.2.2 Indicadores Financeiros

Milhões de euros

SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	2T13	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13	1S14	Δ 14/13
Volume de Negócios	29,1	30,6	5,3%	27,3	12,4%	55,6	57,9	4,1%
Receitas de Serviço	23,1	23,1	0,1%	21,8	5,9%	45,3	44,9	-0,8%
Vendas de Equipamento	6,0	7,5	25,2%	5,5	38,1%	10,3	13,0	25,7%
Outras Receitas	0,2	0,0	-81,7%	0,2	-78,0%	0,5	0,3	-49,4%
Custos Operacionais	26,0	28,0	7,7%	24,3	15,2%	49,4	52,4	6,1%
Custos com Pessoal	8,6	8,8	2,6%	8,8	0,8%	17,6	17,6	0,3%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	6,2	8,3	34,6%	5,6	47,5%	10,7	14,0	30,2%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	11,2	10,9	-3,3%	9,9	9,5%	21,1	20,8	-1,3%
EBITDA	3,3	2,6	-20,1%	3,1	-15,6%	6,7	5,7	-14,8%
Margem EBITDA (%)	11,3%	8,6%	-2,7pp	11,4%	-2,8pp	12,1%	9,9%	-2,2pp
CAPEX Operacional <sup>(3)</sup>	1,8	1,2	-31,5%	1,5	-16,0%	2,8	2,7	-4,0%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	6,1%	4,0%	-2,1pp	5,3%	-1,3pp	5,0%	4,6%	-0,4pp
EBITDA-CAPEX Operacional	1,5	1,4	-6,7%	1,7	-15,2%	4,0	3,1	-22,3%
CAPEX Total	1,8	1,2	-31,6%	1,5	-16,0%	3,2	2,7	-16,5%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI, tendo crescido 4,1% entre o 1S13 e o 1S14, registando 57,9 milhões de euros, não obstante a diminuição de Receitas de Serviço, de 0,8%, atingindo os 44,9 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 25,7% entre o 1S13 e o 1S14, totalizando 13,0 milhões de euros. O mercado da Infraestrutura de IT, onde a Bizdirect se posiciona, tem manifestado sinais de recuperação em 2014.

É importante referir que as Receitas de Serviço aumentaram 5,9% entre o 1T14 e o 2T14.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 6,1% entre o 1S13 e o 1S14, alcançando 52,4 milhões de euros, em virtude, principalmente, do maior nível de Custos Comerciais. No mesmo período, os Custos Comerciais aumentaram 30,2%, para 14,0 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, alinhado com as maiores Vendas de Equipamento. Os Outros Custos Operacionais diminuíram 1,3% no 1S14, para 20,8 milhões de euros, consequência do menor nível de provisões e de custos Gerais e Administrativos.

### EBITDA

No que respeita à rentabilidade operacional do negócio, como o Volume de Negócios mais elevado advém da Venda de Equipamentos, que gera margens menores, não foi suficiente para compensar o aumento dos Custos Operacionais, pelo que o EBITDA diminuiu 14,8%, para 5,7 milhões de euros. Consequentemente, a margem EBITDA situou-se nos 9,9% no 1S14, diminuindo 2,2 pp.

### EBITDA-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível do EBITDA, o EBITDA-CAPEX Operacional situou-se nos 3,1 milhões de euros, diminuindo 22,3% quando comparado com o 1S13.



## 2. Resultados individuais da Sonaecom SGPS

### 2.1 Dados Operacionais

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os semestres findos a 30 de junho de 2014 e 2013, podem ser resumidos como segue:

Milhões de euros	2013	2014	D	%
Receitas de Serviço	1,8	0,2	(1,6)	-91%
Custos Operacionais (1)	(2,3)	(1,4)	0,9	-41%
EBITDA	(0,6)	(1,1)	(0,6)	93%
EBIT	(0,6)	(1,2)	(0,5)	84%
Dividendos Recebidos	24,7	1,3	(23,4)	-
Atividade Financeira Líquida	6,3	1,2	(5,1)	-81%
Outros Resultados Financeiros	(2,6)	(7,3)	(4,7)	182%
EBT	27,6	(6,0)	(33,5)	-122%
Resultado Líquido	27,0	(5,9)	(33,0)	-122%

(1) Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões

A 30 de junho de 2014, a Sonaecom SGPS tinha 3 administradores executivos, o que compara com 4 em junho de 2013.

#### Receitas de Serviço

As Receitas de Serviço totalizaram 0,2 milhões de euros, que comparam com 1,8 milhões de euros no ano passado, e respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias. O decréscimo verificado justifica-se pela redução dos serviços de gestão cobrados à Optimus SGPS, SA após a fusão desta com a Zon (a 27 de agosto de 2013).

#### Custos Operacionais

O montante de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 1,4 milhões de euros, que comparam com os 2,3 milhões de euros do 1S13.

#### EBITDA

O EBITDA foi negativo de 1,1 milhões de euros (0,6 milhões de euros no 1S13) e a diminuição face ao ano anterior é maioritariamente justificado pela redução das receitas de serviço.

#### Dividendos

Durante o 1S14, a Sonaecom SGPS recebeu 1,3 milhões de dividendos da participação direta na NOS, quando no 1S13 recebeu 24,7 milhões de euros da Optimus, SGPS, S.A.

#### Atividade Financeira Líquida

A atividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva de 1,2 milhões de euros, abaixo dos 6,3 milhões de euros do 1S13 devido ao menor nível de suprimentos efetuados às subsidiárias.

#### Outros Resultados Financeiros

Os outros resultados financeiros foram negativos de 7,3 milhões de euros, quase totalmente justificados pelas perdas decorrentes do justo valor das ações representativas da participação direta no capital social da NOS SGPS, SA

#### Resultado Líquido

Os resultados líquidos do exercício foram negativos de 5,9 milhões de euros, maioritariamente justificados pelos ajustamentos de justo valor das ações conforme referido acima.



## 2.2 Dados Financeiros

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o 1S14:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de euros
Liquidez a 31 de dezembro de 2013	185,9
Caixa e Depósitos Bancários	26,3
Aplicações de tesouraria	159,7
Bancária	156,5
Subsidiárias	3,2
Variação da Dívida Bruta Nominal	(29,9)
Dívida Externa	(20,0)
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	(9,9)
Suprimentos concedidos	(2,5)
Free Cash Flow	15,6
Juros pagos	(2,7)
Juros recebidos	5,5
Alienação de partes de capital (líquida de aquisições)	10,9
Dividendos recebidos	1,3
Free cash flow operacional e outros	0,5
Liquidez a 30 de junho de 2014	174,1
Caixa e Depósitos Bancários	0,1
Aplicações de tesouraria	174,0
Bancária	169,9
Subsidiárias	4,1

Durante o 1S14, a liquidez da Sonaecom SGPS diminuiu 11,8 milhões de euros para os 174,1 milhões de euros devido aos seguintes movimentos:

- (i) O FCF foi positivo de 15,6 milhões de euros;
- (ii) Os empréstimos concedidos às subsidiárias diminuíram 2,5 milhões de euros; mas
- (iii) As aplicações de tesouraria efectuadas pelas subsidiárias na Sonaecom SGPS diminuíram 9,9 milhões de euros; e
- (iv) A Dívida Externa diminuiu 20,0 milhões de euros.

No final do 1S14, a dívida líquida da Sonaecom SGPS era negativa de 162,3 milhões de euros, e era composta por:

- (i) Liquidez de 174,1 milhões de euros; e
- (ii) Aplicações de tesouraria das subsidiárias e da ZOPT no montante de 11,9 milhões de euros.



### 3. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 2T14

#### Assembleia Geral de Accionistas

Em 24 de abril de 2014, no decorrer da Assembleia Geral Anual da empresa, os Senhores Acionistas aprovaram todas as propostas em agenda, conforme segue:

1. Aprovar a eleição dos membros para o preenchimento das vagas na mesa da Assembleia Geral disponíveis à data da Assembleia Geral Anual;
2. Discutir e aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, Individuais e Consolidadas relativos ao exercício de 2013;
3. Aprovação da afetação do Resultado Líquido relativo ao exercício de 2013;
4. Avaliação dos órgãos de administração e fiscalização da Empresa;
5. Discussão e aprovação da declaração de política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus Dirigentes, bem como o Plano de Atribuição de Ações e respetivo regulamento ("Plano de Incentivo de Médio Prazo" ou "MTIP") a ser aplicado pela Comissão de Vencimentos;
6. Autorização da aquisição e alienação de ações próprias até ao limite legal de 10%;
7. Autorização da aquisição ou detenção de ações representativas do capital da sociedade por sociedades dela dependentes, nos termos do disposto no artigo 325.º B do Código das Sociedades Comerciais.

#### Composição do Conselho de Administração da Sonaecom

Na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral Anual, em 24 de abril de 2014, a composição do Conselho de Administração foi reduzida de 11 para 3 membros, mantendo-se em funções Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom), Maria Cláudia Teixeira de Azevedo e António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.

#### Transações de Dirigentes

A Sonae-SGPS, S.A. informou a Sonaecom de diversas aquisições, ocorridas entre 24 de fevereiro e 5 de maio de 2014, de ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom. Após a concretização destas transações, a Sonae passou a deter diretamente 80.822.964 ações da Sonaecom, sendo-lhe também atribuíveis os 194.063.119 direitos de voto referentes às ações detidas pela sua subsidiária Sonae Investments, B.V.



## 4. Eventos Subsequentes

De 14 a 17 de julho de 2014, a Sonae-SGPS, S.A. adquiriu 200.000 ações representativas do capital social e os direitos de voto da Sonaecom. Após a realização destas transações, a Sonae passou a deter, diretamente, 81.022.964 ações da Sonaecom.

No dia 18 de julho, a Sonaecom adquiriu 60% do capital social da S21Sec, fazendo mais uma aposta no mercado de *IT Security*, um mercado em grande expansão.

A S21Sec é uma multinacional, sediada em Madrid, especializada em serviços e tecnologias de *Cyber Security* cuja finalidade é a protecção dos activos de maior valor e maior criticidade dentro das organizações: a informação, as operações e a imagem corporativa. A empresa tem produtos/plataformas próprias e trabalha com um foco especial no combate à fraude e ao e-crime com presença em diversos segmentos como Administrações Públicas, empresas de energia e infraestruturas críticas, entidades financeiras e empresas de telecomunicações.

## 5. Outros Indicadores

### 5.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	2T13 <sup>(R)</sup>	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13 <sup>(R)</sup>	1S14	Δ 14/13
Volume de Negócios	34,4	34,5	0,2%	31,1	10,8%	65,4	65,6	0,3%
Receitas de Serviço	25,7	24,5	-4,5%	23,2	5,7%	50,2	47,7	-4,9%
Vendas de Equipamento	8,7	10,0	14,1%	7,9	26,0%	15,2	17,9	17,6%
Outras Receitas	0,5	0,4	-14,9%	0,3	15,2%	0,8	0,7	-13,7%
Custos Operacionais	32,1	33,5	4,3%	29,7	12,8%	61,3	63,2	3,1%
Custos com Pessoal	11,1	11,5	2,8%	11,6	-1,3%	22,5	23,1	2,7%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	7,8	9,7	24,5%	6,9	40,0%	13,4	16,6	23,4%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	13,2	12,4	-6,4%	11,2	10,6%	25,4	23,6	-7,3%
EBITDA	10,5	5,3	-49,2%	6,8	-21,8%	19,7	12,1	-38,4%
EBITDA do portefólio <sup>(3)</sup>	2,8	1,4	-49,8%	1,7	-20,8%	4,9	3,1	-36,1%
MEP <sup>(4)</sup>	7,7	3,9	-49,0%	5,0	-22,1%	14,8	9,0	-39,2%
Margem EBITDA do portefólio (%)	8,0%	4,0%	-4,0pp	5,6%	-1,6pp	7,5%	4,8%	-2,7pp
Depreciações e Amortizações	1,0	2,0	98,9%	1,4	43,1%	3,1	3,5	11,8%
EBIT	9,4	3,3	-65,2%	5,4	-38,9%	16,6	8,7	-47,8%
Resultados Financeiros	2,6	-8,5	-	2,2	-	5,6	-6,3	-
Proveitos Financeiros	6,1	0,3	-95,5%	2,9	-90,4%	12,7	3,2	-74,9%
Custos Financeiros	3,5	8,8	150,4%	0,7	-	7,1	9,5	33,9%
EBT	12,1	-5,3	-	7,6	-	22,2	2,3	-89,5%
Impostos	-1,1	0,7	-	-0,4	-	-1,9	0,2	-
Resultado Líquido	11,0	-4,6	-	7,2	-	20,3	2,6	-87,4%
Atribuível ao Grupo	11,0	-4,6	-	7,2	-	20,3	2,6	-87,4%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	13,6%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e a participação de 50% na ZOPI; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon.

## 5.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	2T13	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13	1S14	Δ 14/13
<b>BALANÇO CONSOLIDADO</b>								
Total Ativo Líquido	1.853,1	1.057,3	-42,9%	1.077,8	-1,9%	1.853,1	1.057,3	-42,9%
Ativo Não Corrente	1.556,5	759,9	-51,2%	768,9	-1,2%	1.556,5	759,9	-51,2%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	939,5	21,7	-97,7%	22,4	-2,9%	939,5	21,7	-97,7%
Goodwill	518,4	28,6	-94,5%	28,4	0,5%	518,4	28,6	-94,5%
Investimentos	1,3	703,6	-	713,0	-1,3%	1,3	703,6	-
Impostos Diferidos Ativos	95,2	5,9	-93,8%	5,0	17,0%	95,2	5,9	-93,8%
Outros	2,1	0,0	-97,9%	0,0	0,2%	2,1	0,0	-97,9%
Ativo Corrente	296,6	297,5	0,3%	308,9	-3,7%	296,6	297,5	0,3%
Clientes	150,8	42,3	-72,0%	35,9	17,8%	150,8	42,3	-72,0%
Liquidez	18,2	174,6	-	184,5	-5,4%	18,2	174,6	-
Outros	127,6	80,6	-36,8%	88,6	-9,0%	127,6	80,6	-36,8%
Capital Próprio	1.079,1	978,7	-9,3%	997,5	-1,9%	1.079,1	978,7	-9,3%
Atribuível ao Grupo	1.078,7	978,5	-9,3%	997,3	-1,9%	1.078,7	978,5	-9,3%
Interesses Sem Controlo	0,4	0,2	-39,1%	0,2	6,4%	0,4	0,2	-39,1%
Total Passivo	774,0	78,6	-89,8%	80,3	-2,1%	774,0	78,6	-89,8%
Passivo Não Corrente	337,0	8,9	-97,4%	8,9	0,0%	337,0	8,9	-97,4%
Empréstimos Bancários	246,0	4,4	-98,2%	4,9	-10,1%	246,0	4,4	-98,2%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	39,8	3,1	-92,3%	2,9	5,5%	39,8	3,1	-92,3%
Outros	51,2	1,4	-97,2%	1,1	29,2%	51,2	1,4	-97,2%
Passivo Corrente	437,0	69,7	-84,0%	71,4	-2,4%	437,0	69,7	-84,0%
Empréstimos Bancários	139,1	12,7	-90,9%	21,3	-40,4%	139,1	12,7	-90,9%
Fornecedores	146,2	24,8	-83,0%	19,2	29,5%	146,2	24,8	-83,0%
Outros	151,7	32,2	-78,8%	31,0	4,0%	151,7	32,2	-78,8%
CAPEX Operacional <sup>(1)</sup>	1,9	1,3	-31,1%	1,6	-16,9%	3,0	2,9	-2,8%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,6%	3,8%	-1,7pp	5,1%	-1,3pp	4,6%	4,4%	-0,1pp
CAPEX Total	1,9	4,3	122,5%	4,2	2,3%	3,4	8,4	146,4%
EBITDA-CAPEX Operacional	0,8	0,1	-92,1%	0,2	-58,6%	1,9	0,2	-88,1%
Divida Bruta	381,7	17,6	-95,4%	26,7	-34,2%	381,7	17,6	-95,4%
Divida Líquida	265,4	-157,0	-	-157,7	0,5%	265,4	-157,0	-

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

## 5.3. FCF Alavancado da Sonaecom

Milhões de euros	2T13 <sup>(R)</sup>	2T14	Δ 14/13	1T14	q.o.q.	1S13 <sup>(R)</sup>	1S14	Δ 14/13
<b>FREE CASH FLOW ALAVANCADO</b>								
EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma	0,8	0,1	-92,1%	0,2	-58,6%	1,9	0,2	-88,1%
Varição de Fundo de Maneio	-0,2	-3,3	-	0,3	-	2,0	-3,1	-
Itens não Monetários e Outros	0,6	4,3	-	0,4	-	0,3	4,7	-
Cash Flow Operacional	1,2	1,1	-13,8%	0,8	32,5%	4,3	1,9	-56,7%
Investimentos	-0,2	-3,7	-	-2,6	-42,6%	-1,2	-6,3	-
Ações Próprias	-1,2	0,0	100,0%	0,0	-	-2,5	0,0	100,0%
Resultados Financeiros	3,4	0,1	-95,8%	-1,5	-	5,3	-1,3	-
Impostos	-0,8	1,1	-	-0,3	-	-1,2	0,8	-
FCF <sup>(1)</sup>	2,6	-1,4	-	-3,5	61,6%	4,6	-4,9	-

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon.



## 6. Governo da Sociedade

O relatório anual detalhado sobre o Governo da Sociedade constitui parte integrante do Relatório e Contas de 2013 da Sonaecom e está disponível no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

O *website* da sociedade contém, igualmente, uma secção dedicada ao Governo da Sociedade.



## 7. Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas

### Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e dirigentes e respetivas transações durante o primeiro semestre de 2014:

### Conselho de Administração

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 30 junho 2014
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						1.270.426
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>	02.05.2014	507.276	0,07			-
Alienação	23.01.2014			552.837	2,58	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup> Linhacom, SGPS, S.A. <sup>(4)</sup> Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						1 99.996 204.678
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>	02.05.2014	163.551	0,07			-
Alienação	23.01.2014			40.566	2,58	-
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup> Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						178.229 -
Alienação	23.01.2014			2.603	2,58	-
Alienação	24.01.2014			83.207	2,58	-



## Dirigentes

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	30 junho 2014
						Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						20 000
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						15 000
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						48 793
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	05.05.2014	48 793	0,14			
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>	03.01.2014			105 754	2,60	-
Carlos Alberto Rodrigues Silva						
Sonae- SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						30 486
Fernando José Lobo Pimentel						
Macareno Videira						
Sonae- SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						28 126
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha						
Vicente Soares						
Sonae- SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						41 697
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	28.03.2014	41 697	1,33			
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						-

## Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	30 Junho 2014
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						200.100.000
Pareuro, BV <sup>(2)</sup>						5.583.100
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						-
Alienação	23.01.2014			1.000	2,58	
(2) Pareuro, BV						
Sonae - SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						849.533.095
(3) Migracom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae - SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						1.536.683
Alienação	jun/14			1.400.000	1,27	
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						-
Alienação	23.01.2014			387.342	2,58	
(4) Linhacom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae - SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						439.314
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						-
Alienação	23.01.2014			120.300	2,58	
(5) Imparfin, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						4.105.280
(6) Sonae - SGPS, S.A.						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						80.822.964
Aquisição	jan/14	1.454.134	2,58			
	fev/14	785.660	2,07			
	mar/14	371.589	2,16			
	abr/14	1.399.759	2,21			
	mai/14	132.448	2,30			
Sonae Investments BV <sup>(7)</sup>						2.894.000
Sontel BV <sup>(8)</sup>						32.745
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV <sup>(8)</sup>						58.555
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						194.063.119
(9) Sonaecom, SGPS, S.A.						5.571.014



## Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

	Número de ações em 30 junho 2014
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	
Sonae- SGPS, S.A.	200.100.000
Pareuro, BV	5.583.100
Sonaecom, SGPS, S.A.	-
Pareuro, BV	
Sonae- SGPS, S.A.	849.533.095
Sonae- SGPS, S.A.	
Sonaecom, SGPS, S.A.	80.822.964
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
Sonae Investments BV	
Sontel BV	58.555
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, S.A.	194.063.119

(1) Ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.

## Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 30 de junho de 2014:

Acionista	Número de ações	% Participação no capital	% Direitos de voto	
			Com ações próprias	Sem ações próprias
Sontel BV	194.063.119	62,33%	62,33%	63,47%
Sonae- SGPS, S.A.	80.822.964	25,96%	25,96%	26,43%
Total imputável <sup>(1)</sup>	274.886.083	88,29%	88,29%	89,90%

(1) A participação qualificada correspondente é imputada à Efanor cujas ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.



## 8. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que tiveram lugar no primeiro semestre de 2014 e o impacto dos mesmos, quando existe, nas demonstrações financeiras, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## 9. Informação Financeira

### 9.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

#### Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2013
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	5.157.655	570.423.294	5.530.098
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	16.566.111	369.083.039	16.647.260
Goodwill	1.f), 1.w) e 7	28.580.800	518.419.061	28.434.416
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	702.309.279	1.078.421	710.434.285
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	1.192.926	-	-
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	115.448	215.448	115.448
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	47.685	2.111.443	922.434
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	5.888.181	95.217.846	5.199.886
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>759.858.085</b>	<b>1.556.548.552</b>	<b>767.283.827</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	54.364.924	-	202.442.350
Inventários	1.i)	360.330	19.771.693	553.525
Clientes	1.g), 1.j), 4 e 22	42.254.985	150.775.401	36.416.353
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4 e 22	13.323.924	26.260.432	23.040.766
Outros ativos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	12.580.848	81.561.266	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4, 12 e 22	174.572.865	18.199.490	188.014.923
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>297.457.876</b>	<b>296.568.282</b>	<b>459.766.323</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.057.315.961</b>	<b>1.853.116.834</b>	<b>1.227.050.150</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	13	230.391.627	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	753.207.691	680.315.843	674.091.313
Resultado líquido consolidado do período		2.569.737	39.853.924	103.838.479
		<b>978.482.103</b>	<b>1.078.729.683</b>	<b>1.136.489.708</b>
Interesses sem controlo		218.544	358.579	269.824
<b>Total do capital próprio</b>		<b>978.700.647</b>	<b>1.079.088.262</b>	<b>1.136.759.532</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	4.375.094	246.037.304	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	352.681	17.282.397	67.937
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	3.076.852	39.777.609	3.060.986
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	-	1.112.167	89.522
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	1.094.492	32.787.964	1.277.304
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>8.899.119</b>	<b>336.997.441</b>	<b>29.305.828</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	12.672.500	139.136.098	998.996
Fornecedores	4 e 22	24.828.548	146.197.402	21.768.279
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	167.487	3.207.197	70.728
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	5.321.907	27.151.955	10.439.327
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	26.725.753	121.338.479	27.707.460
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>69.716.195</b>	<b>437.031.131</b>	<b>60.984.790</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.057.315.961</b>	<b>1.853.116.834</b>	<b>1.227.050.150</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	abril a junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado e reexpresso)	abril a junho 2013 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2013
Vendas	1r) e 22	17.885.571	9.970.534	16.452.517	8.633.333	33.057.911
Prestações de serviços	1r) e 22	47.735.166	24.526.795	41.053.605	20.968.417	83.916.841
Outros proventos operacionais	1q) e 22	725.814	388.532	750.615	412.320	3.475.123
		66.346.551	34.885.861	58.256.737	30.014.070	120.449.875
Custo das vendas	1l) e 17	(14.868.053)	(8.617.023)	(11.060.492)	(5.332.732)	(24.753.054)
Fornecimentos e serviços externos	1h), 19 e 22	(25.047.955)	(13.251.795)	(23.896.822)	(12.993.198)	(44.474.432)
Custos com o pessoal	1x) e 27	(23.064.581)	(11.454.691)	(21.549.166)	(10.575.760)	(43.318.213)
Amortizações e depreciações	1c), 1d), 1f), 5, 6 e 7	(3.455.648)	(2.033.998)	(3.089.541)	(1.022.374)	(6.641.792)
Provisões e perdas de imparidade	1j), 1o), 1w) e 17	-	-	(574.433)	(293.358)	(1.708.710)
Outros custos operacionais		(230.136)	(176.017)	(140.993)	(73.470)	(283.057)
		(66.666.373)	(35.533.524)	(60.311.447)	(30.290.892)	(121.179.258)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1b), 8 e 20	8.973.641	3.929.351	229.422	54.175	(490.365)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 9 e 20	(6.592.422)	(8.623.684)	-	-	46.636.719
Outros custos financeiros	1h), 1m), 1v), 1w), 20 e 22	(1.615.427)	(906.277)	(7.116.209)	(3.521.558)	(11.998.760)
Outros proventos financeiros	1v), 20 e 22	1.884.911	992.069	576.308	(66.310)	7.977.160
Resultados correntes		2.330.881	(5.256.204)	(8.365.189)	(3.810.515)	41.395.371
Imposto sobre o rendimento	1p), 11 e 21	234.478	656.953	(1.870.625)	(1.071.607)	(3.873.144)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas		2.565.359	(4.599.251)	(10.235.814)	(4.882.122)	37.522.227
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	25	-	-	50.084.670	26.296.519	66.244.220
Resultado líquido consolidado do período		2.565.359	(4.599.251)	39.848.856	21.414.397	103.766.447
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	2.569.737	(4.614.115)	39.853.924	21.427.055	103.838.479
Interesses sem controlo		(4.378)	14.864	(5.068)	(12.658)	(72.032)
Resultados por ação	26					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos			0,01	(0,01)	0,11	0,06
Diluídos			0,01	(0,01)	0,11	0,09
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos			0,01	(0,01)	(0,03)	(0,01)
Diluídos			0,01	(0,01)	(0,03)	(0,01)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	abril a junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado e reexpresso)	abril a junho 2013 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2013
Resultado líquido consolidado do período		2.565.359	(4.599.251)	39.848.856	21.414.397	103.766.447
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:						
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(17.055.437)	(14.474.664)	229	(3.844)	(2.536.500)
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	360.483	241.381	(342.488)	(359.708)	(1.155.064)
Rendimento integral consolidado do período		(14.129.595)	(18.832.534)	39.506.597	21.050.845	100.074.883
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		(14.125.217)	(18.847.398)	39.511.665	21.063.503	100.146.915
Interesses sem controlo		(4.378)	14.864	(5.068)	(12.658)	(72.032)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social		Reservas						Interesses sem controle		Resultado líquido	Total
			Ações próprias (Nota 14)	Premios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas				
<b>2014</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708	
Aplicação do resultado consolidado de 2013												
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	103.838.479	103.838.479	-	(103.838.479)	-	
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de junho de 2014	-	-	-	-	-	-	(16.694.954)	(16.694.954)	-	2.569.737	(14.125.217)	
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)	
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935	
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.134.660)	(2.317.853)	-	-	(2.317.853)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>230.391.627</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>-</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(42.922.322)</b>	<b>753.207.691</b>	<b>-</b>	<b>2.569.737</b>	<b>978.482.103</b>	
<b>Interesses sem controle</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824	
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.378)	-	(4.378)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	-	(19.920)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.982)	-	(26.982)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>218.544</b>	<b>-</b>	<b>218.544</b>	
<b>Total</b>	<b>230.391.627</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>-</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(42.922.322)</b>	<b>753.207.691</b>	<b>218.544</b>	<b>2.569.737</b>	<b>978.700.647</b>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas			
<b>2013</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012											
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	-	(43.281.102)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de junho de 2013	-	-	-	-	-	-	(342.259)	(342.259)	-	39.853.924	39.511.665
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	-	(2.500.042)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	357.937	-	-	(425.568)	(357.937)	430.292	(353.213)	-	-	4.724
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	2.138.916	-	-	2.138.916	-	-	2.138.916
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>5.364.127</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(121.178.297)</b>	<b>680.315.843</b>	<b>-</b>	<b>39.853.924</b>	<b>1.078.729.683</b>
<b>Interesses sem controle</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.068)	-	(5.068)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	6.048	-	6.048
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>358.579</b>	<b>-</b>	<b>358.579</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.686.952)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>5.364.127</b>	<b>7.686.952</b>	<b>(121.178.297)</b>	<b>680.315.843</b>	<b>358.579</b>	<b>39.853.924</b>	<b>1.079.088.262</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado e reexpresso)
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	54.376.707	374.153.344
Pagamentos a fornecedores	(32.362.093)	(236.478.177)
Pagamentos ao pessoal	(27.739.256)	(55.460.958)
Fluxo gerado pelas operações	(5.724.642)	82.214.209
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(803.500)	(1.537.182)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	5.384.387	6.121.730
Fluxos das atividades operacionais (1)	(1.143.755)	86.798.757
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	9.375
Ativos fixos tangíveis	7.749	1.645.444
Ativos intangíveis	-	2.412
Dividendos	1.392.154	-
Juros e proveitos similares	5.376.786	1.712.446
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5.522.188)	(1.286.808)
Ativos fixos tangíveis	(946.170)	(46.698.549)
Ativos intangíveis	(788.475)	(22.036.020)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(480.144)	(66.651.700)
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	11.557.500	3.805.000
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(14.372)	(1.986.336)
Juros e custos similares	(3.053.682)	(7.361.807)
Dividendos	(19.920)	(43.310.982)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(20.497.478)	(17.000.000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(12.027.952)	(68.354.167)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(13.651.851)	(48.207.110)
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	117.729	(98.418)
Caixa e seus equivalentes no início do período	188.004.715	61.685.720
Caixa e seus equivalentes no final do período	174.470.593	13.380.192

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	junho 2014	junho 2013 (reexpresso)
a) Recebimento de alienações		
Distrinews, S.A.	-	9.375
	-	9.375
b) Pagamento de aquisições		
Compra de ações Sonae SGPS	5.522.188	-
Connectiv Solutions, Inc	-	1.217.404
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	-	56.904
Distrinews, S.A.	-	12.500
	5.522.188	1.286.808

### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	junho 2014	junho 2013 (reexpresso)
Numerário	12	25.626	175.251
Depósitos à ordem	12	2.801.184	3.937.140
Aplicações de tesouraria	12	171.746.055	14.087.099
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(102.272)	(4.819.298)
Caixa e seus equivalentes		174.470.593	13.380.192
Depósitos à ordem (saldos credores)		102.272	4.819.298
Disponibilidades constantes do balanço		174.572.865	18.199.490

### 3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	junho 2014	junho 2013 (reexpresso)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	1.000.000	34.021.761
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável



#### 4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2014</b>				
Multimédia	(1.621.400)	(157.610)	(19.489)	(1.798.499)
Sistemas de Informação	(742.308)	(1.269.476)	(778.436)	(2.790.220)
Holding	1.219.953	946.942	(11.230.027)	(9.063.132)
	<u>(1.143.755)</u>	<u>(480.144)</u>	<u>(12.027.952)</u>	<u>(13.651.851)</u>

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2013 (reexpresso)</b>				
Telecomunicações	86.295.481	(63.972.305)	(19.778.121)	2.545.055
Multimédia	(1.577.640)	(493.511)	(14.929)	(2.086.080)
Sistemas de Informação	1.922.619	(2.205.587)	(335.198)	(618.166)
Holding	158.297	19.703	(48.225.919)	(48.047.919)
	<u>86.798.757</u>	<u>(66.651.700)</u>	<u>(68.354.167)</u>	<u>(48.207.110)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## 9.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom. Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3.d)). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Adicionalmente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 13).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 16 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – ‘Relato Financeiro Intercalar’. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (**‘endorsed’**) pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de junho de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	



Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivativos e continuação da contabilidade de cobertura) O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	1-jan-14

(\* De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada foi contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos) Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	1-jan-14

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de junho de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16

IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
---	----------

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
---	----------

IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	1-jan-16
--	----------

O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.

IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas)	1-jan-16
---	----------

As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.

IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-jul-14
---	----------

O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.

Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
--	----------

Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
--	----------

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de junho de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.



A IFRS 11 – Joint arrangements, encontra-se emitida pelo IASB e aprovada ('endorsed') pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o grupo decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as empresas controladas conjuntamente (Sirs, Unipress, Zopt, Infosystems e SSI Angola) de acordo com o método de equivalência patrimonial ('MEP'), possibilidade prevista então na IAS 31 – Empreendimentos conjuntos, e que se traduz numa aproximação do previsto na IFRS 11.

Conforme previsto pelas normas, esta alteração foi aplicada retrospectivamente e, conseqüentemente, foram efetuadas alterações aos Balanços consolidados a 30 de junho de 2013 e nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de junho de 2013.

Os efeitos destas alterações nos Balanços de 30 de junho de 2013 e na Demonstração de resultados do período findo em 30 de junho de 2013 são apresentadas nos quadros abaixo.

Balanço a 30 de junho de 2013

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Balanço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos fixos tangíveis	572.047.309	(1.624.015)	570.423.294
Ativos intangíveis	369.086.233	(3.194)	369.083.039
Goodwill	518.740.759	(321.698)	518.419.061
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	1.078.421	1.078.421
Outros ativos não correntes	2.326.891	-	2.326.891
Impostos diferidos ativos	95.217.846	-	95.217.846
<b>Ativo não corrente</b>	<b>1.557.419.038</b>	<b>(870.486)</b>	<b>1.556.548.552</b>
Clientes	150.973.184	(197.783)	150.775.401
Caixa e equivalentes de caixa	18.722.114	(522.624)	18.199.490
Outros ativos correntes	127.327.523	265.868	127.593.391
<b>Ativo corrente</b>	<b>297.022.821</b>	<b>(454.539)</b>	<b>296.568.282</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.854.441.859</b>	<b>(1.325.025)</b>	<b>1.853.116.834</b>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	246.137.304	(100.000)	246.037.304
Outros passivos financeiros não correntes	18.542.712	(1.260.315)	17.282.397
Provisões para outros riscos e encargos	39.676.912	100.697	39.777.609
Outros passivos não correntes	33.900.131	-	33.900.131
<b>Passivos não correntes</b>	<b>338.257.059</b>	<b>(1.259.618)</b>	<b>336.997.441</b>
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	139.149.229	(13.131)	139.136.098
Fornecedores	146.242.621	(45.219)	146.197.402
Outros passivos correntes	151.704.688	(7.057)	151.697.631
<b>Passivos correntes</b>	<b>437.096.538</b>	<b>(65.407)</b>	<b>437.031.131</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>775.353.597</b>	<b>(1.325.025)</b>	<b>774.028.572</b>
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.078.729.683	-	1.078.729.683
Interesses sem controlo	358.579	-	358.579
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.079.088.262</b>	<b>-</b>	<b>1.079.088.262</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.854.441.859</b>	<b>(1.325.025)</b>	<b>1.853.116.834</b>

### Operação de Fusão da Optimus SGPS e Zon

Ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 3.d)) o segmento de telecomunicações (Optimus SA (atualmente NOS Comunicações S.A. – doravante NOS Comunicações), Be Artis, Be Towering, Sontária e Permar) foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos

resultados por natureza para o período findo em 30 de junho de 2013 para refletir numa única rubrica ('Resultado líquido do período de operações descontinuadas'), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

Demonstração de resultados a 30 de junho de 2013

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Reexpressão do contributo do setor das telec. para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	403.696.237	539.739	(345.979.239)	58.256.737
Custos e perdas				
Fornecimentos e serviços externos	(192.306.083)	(1.127.170)	169.536.431	(23.896.822)
Amortizações e depreciações	(72.198.077)	214.027	68.894.509	(3.089.541)
Outros custos operacionais	(84.829.967)	459.952	51.044.931	(33.325.084)
	(349.334.127)	(453.191)	289.475.871	(60.311.447)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6.322.999)</b>	<b>(76.270)</b>	<b>88.790</b>	<b>(6.310.479)</b>
Imposto sobre o rendimento	(8.190.255)	(10.278)	6.329.908	(1.870.625)
<b>Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas</b>	<b>39.848.856</b>	<b>-</b>	<b>(50.084.670)</b>	<b>(10.235.814)</b>
<b>Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.084.670</b>	<b>50.084.670</b>
<b>Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas</b>	<b>39.848.856</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.848.856</b>
Atribuível a interesses sem controlo	(5.068)	-	-	(5.068)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	39.853.924	-	-	39.853.924
<b>Resultados por ação</b>				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,11	0,00	0,00	0,11
Diluídos	0,11	0,00	0,00	0,11
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,11	0,00	(0,14)	(0,03)
Diluídos	0,11	0,00	(0,14)	(0,03)

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de junho de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo  
As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.



Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	1 - 4
Equipamento administrativo	1 - 15
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo



possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

#### f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem

controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o



propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### **(ii) 'Empréstimos e contas a receber'**

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

#### **(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 30 de junho de 2014 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

#### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de

transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.



#### h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

#### j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na

demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

#### k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção



de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de junho de 2014, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.



Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

r) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos. Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

*Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

*Reservas de prémios de emissão de ações*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

*Reservas para planos de incentivo de médio prazo*

De acordo com a IFRS 2 - 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

*Reservas de cobertura*

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.



### Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de junho de 2014, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 19,7 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 30 de junho de 2014.

#### u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2014		2013	
	30 de junho	Média	30 de junho	Média
Libra inglesa	1,2477	1,2175	1,1666	1,1758
Real brasileiro	0,3333	0,3178	0,3460	0,3755
Dólar americano	0,7322	0,7296	0,7645	0,7619
Zloti (Polónia)	0,2406	0,2395	0,2305	0,2395
Dólar australiano	0,6879	0,6675	0,7057	0,7736
Pesos mexicanos	0,0565	0,0556	0,0587	0,0607
Libra egípcia	0,1021	0,1039	0,1093	0,1117
Ringgit (Malásia)	0,2280	0,2234	0,2419	0,2478
Peso chileno	0,0013	0,0013	0,0015	0,0016
Dólar de Singapura	0,5866	0,5787	0,6044	0,6129
Franco suíço	0,8226	0,8187	0,8105	0,8132
Coroa sueca	0,1090	0,1117	0,1139	0,1173
Rand de África do Sul	0,0692	0,0682	0,0765	0,0828
Kwanza (Angola)	0,0075	0,0075	0,0079	0,0079
Dinar de Marrocos	0,0892	0,0891	0,0900	0,0898

Em 30 de junho de 2014, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 4.797.000, que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 2 meses.

#### w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

#### x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamento com Base em Ações’:

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que

assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratasse de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para os planos de ações Sonaecom, a empresa converteu a totalidade de tais planos em ações Sonae SGPS. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo referidos está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Outros passivos correntes’ e ‘Outros passivos não correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’ (Nota 27).

Em relação aos planos originalmente liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações.



Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo,

procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

#### Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colômbia, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

##### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado



financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de

caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating*



previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

### Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.



## 2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de junho de 2014 e 2013, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
<b>Empresa-mãe</b>							
SONAECDM, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis') (a)	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrônicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering') (a)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais') (b)	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	Dissolvida		100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger') (c)	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	Dissolvida		100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus') (a)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Optimus, S.G.P.S., S.A. ('Optimus SGPS') (a)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	-	-	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar') (a)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI We Do UK	100%	100%	-	-
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	-	-	100%	100%
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados: comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos: desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety - Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colômbia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos: desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. (Sonaecom SP)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Sonaecom SI)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Española, S.L. (SSI Espanha)	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. (Sonaecom CSI)(d)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonaecom SI	100%	100%	-	-
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Sontária) (a)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. (Tecnológica)	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. (We Do)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. (We Do Brasil)	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. (We Do Poland)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc (We Do USA)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited (We Do Asia)	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV (We Do BV)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia (We Do Malásia)	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC (We Do Egypt)	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited (We Do UK)	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. (We Do Mexico)	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%
We Do Technologies Panamá S.A. (We Do Panamá)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. (We Do Singapura)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

\* Porcentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresas que passaram a fazer parte do perímetro de consolidação do Grupo Zopt em resultado da fusão da Optimus SGPS com a Zon (Nota 3.d) em agosto de 2013

(b) Empresa dissolvida em fevereiro 2014

(c) Empresa dissolvida em maio 2014

(d) Empresa constituída em maio 2014

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – ‘Demonstrações financeiras consolidadas e separadas’ (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

### 3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

#### a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
2013				
Saphety	Saphety Brasil	fev-13	99,8%	99,8%



Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo USA.

#### b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2014				
Sonae com SI	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
2013				
Saphety	Saphety Colômbia	abr-13	50.000.000 COP*	100%

\* Correspondente a cerca de 19.500 euros (à taxa de 30 de junho de 2014)

#### c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Miaquer	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
2013			
We Do BV	We Do Chile	mai-13	100%

#### d) Outras

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt') (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS SGPS, SA (doravante 'NOS'), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% na NOS (Nota 9).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros<sup>1</sup>, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8) e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650

<sup>1</sup> A participação da Zopt de 598 milhões de euros ( $598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$ ) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.



ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9).

No seguimento da fusão foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Em 30 de junho de 2014, em resultado de uma reavaliação dos processos fiscais e impostos diferidos, procedeu-se à alteração dos passivos contingentes e impostos diferidos, tendo sido efetuado um ajustamento ao goodwill, no montante de 2.015 milhões de euros, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. O detalhe dos ativos líquidos do grupo ZON e do goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	598.675	57.301	655.976
Ativos intangíveis	137.644	170.575	308.219
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	318.453
Ativos por impostos diferidos	55.972	8.366	64.338
Inventários	18.034	-	18.034
Contas a receber e outros ativos	169.888	1.861	171.749
Caixa e equivalentes de caixa	157.914	-	157.914
	1.171.773	522.910	1.694.683
Passivos adquiridos			
Empréstimos obtidos	817.435	7.634	825.069
Provisões	25.948	7.798	33.746
Passivos por impostos diferidos	7.450	68.591	76.041
Planos de ações	3.694	-	3.694
Contas a pagar e outros passivos	296.169	2.062	298.231
Minoritários	9.662	-	9.662
	1.160.358	86.085	1.246.443
Total dos ativos líquidos adquiridos	11.415	436.825	448.240
Goodwill			1.051.760
Preço de aquisição			1.500.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+99,3 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+71,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (iii) investimentos financeiros (+304 milhões de euros) que incluem +267 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de +29 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -7,6 milhões de euros; e (vi) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -16,7 milhões de euros.



O detalhe dos ativos líquidos do então grupo Optimus e do Goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	569.441	(62.616)	506.825
Ativos intangíveis	353.331	45.480	398.811
Ativos por impostos diferidos	100.976	27.626	128.602
Inventários	19.125	(1.384)	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	17.987
	1.285.025	9.106	1.294.131
Passivos adquiridos			
Empréstimos obtidos	452.362	-	452.362
Provisões	35.224	30.091	65.315
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	9.613
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	302.694
	782.565	59.558	842.123
Total dos ativos líquidos adquiridos	502.460	(50.452)	452.008
Goodwill			547.992
Preço de aquisição			1.000.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (+23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito de uma opção de compra da rede de fibra da NOS Comunicações; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -30,0 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3; e (vi) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

As metodologias utilizadas nos principais ajustamentos ao justo valor foi os *Cash flows* descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais praticados (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes utilizado na valorização das carteiras de clientes; (ii) evolução das receitas e resultados futuros dos canais; (iii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de outras novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; (iv) evolução das receitas e resultados das empresas participadas; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.



Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS e das suas participadas, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 9 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)
Contrapartida recebida	983.447.575
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 25)	(8.949.665)

A contrapartida recebida pode ser detalhada como se segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Participação no capital da Zopt (Nota 8)	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 8)	230.000.000
Ações NOS (Nota 9)	155.805.631
	983.447.575

Os impactos no balanço resultantes da saída das empresas do setor das telecomunicações a agosto de 2013 em resultado desta operação podem ser detalhados como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	27 de agosto de 2013
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos não correntes</b>		
Ativos fixos tangíveis	5	(562.475.126)
Ativos intangíveis	6	(353.993.403)
Goodwill	7	(485.150.340)
Outros ativos não correntes		312.080.798
Impostos diferidos ativos	11	(98.625.767)
Total de ativos não correntes		(1.188.163.838)
<b>Ativos correntes</b>		
Inventários		(19.124.520)
Clientes		(127.955.743)
Outros ativos		(82.942.364)
Caixa e equivalentes de caixa		(17.986.673)
Total de ativos correntes		(248.009.300)
<b>Capital próprio e passivo</b>		
Reservas para planos de incentivo de médio prazo		6.468.582
Outros		5.464
Total de capital próprio		6.474.046
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		(813.080)
Outros passivos financeiros não correntes		17.879.658
Provisões para outros riscos e encargos	17	35.247.971
Impostos diferidos passivos		259.753
Outros passivos não correntes		31.672.299
Total de passivos não correntes		84.246.601
<b>Passivo corrente</b>		
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		115.535.594
Fornecedores		119.124.642
Outros passivos financeiros		2.660.326
Outras dívidas a terceiros		15.254.142
Outros passivos correntes		100.480.547
Total de passivos correntes		353.055.251
Total dos ativos e passivos desreconhecidos		(992.397.240)



#### 4. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2014
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.192.926	-	1.192.926	-	1.192.926
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	47.685	-	-	-	47.685	-	47.685
	47.685	115.448	1.192.926	-	1.356.059	-	1.356.059
<b>Ativos correntes</b>							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	54.364.924	-	54.364.924	-	54.364.924
Cientes	42.254.985	-	-	-	42.254.985	-	42.254.985
Outras dívidas de terceiros	7.010.289	-	-	-	7.010.289	6.313.635	13.323.924
Outros ativos correntes	-	-	-	10.355.883	10.355.883	2.224.965	12.580.848
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	174.572.865	-	-	-	174.572.865	-	174.572.865
	223.838.139	-	54.364.924	10.355.883	288.558.946	8.538.600	297.097.546
<b>2013 (reexpresso)</b>							
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	215.448	-	-	215.448	-	215.448
Outros ativos não correntes	2.111.443	-	-	-	2.111.443	-	2.111.443
	2.111.443	215.448	-	-	2.326.891	-	2.326.891
<b>Ativos correntes</b>							
Cientes	150.775.401	-	-	-	150.775.401	-	150.775.401
Outras dívidas de terceiros	19.694.191	-	-	-	19.694.191	6.566.241	26.260.432
Outros ativos correntes	-	-	-	61.432.312	61.432.312	20.128.954	81.561.266
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	18.199.490	-	-	-	18.199.490	-	18.199.490
	188.669.082	-	-	61.432.312	250.101.394	26.695.195	276.796.589
<b>2014</b>							
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros		Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	4.375.094	-		4.375.094	-	4.375.094	
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	352.681		352.681	-	352.681	
Outros passivos não correntes	-	158.716		158.716	935.776	1.094.492	
	4.375.094	511.397		4.886.491	935.776	5.822.267	
<b>Passivo corrente</b>							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	12.672.500	-		12.672.500	-	12.672.500	
Fornecedores	-	24.828.548		24.828.548	-	24.828.548	
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	167.487		167.487	-	167.487	
Outras dívidas a terceiros	-	417.810		417.810	4.904.097	5.321.907	
Outros passivos correntes	-	18.353.034		18.353.034	8.372.719	26.725.753	
	12.672.500	43.766.879		56.439.379	13.276.816	69.716.195	



					2013 (reexpresso)
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	246.037.304	-	246.037.304	-	246.037.304
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	17.282.397	17.282.397	-	17.282.397
Outros passivos não correntes	-	32.609.277	32.609.277	178.687	32.787.964
	246.037.304	49.891.674	295.928.978	178.687	296.107.665
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	139.136.098	-	139.136.098	-	139.136.098
Fornecedores	-	146.197.402	146.197.402	-	146.197.402
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	3.207.197	3.207.197	-	3.207.197
Outras dívidas a terceiros	-	11.930.208	11.930.208	15.221.747	27.151.955
Outros passivos correntes	-	96.465.246	96.465.246	24.873.233	121.338.479
	139.136.098	257.800.053	396.936.151	40.094.980	437.031.131

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e dos registrados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, a tendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2014
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Adições	19.510	4.041	-	63.326	-	250.059	336.936
Alienações	(65)	(203.518)	(3.669)	(19.795)	-	-	(227.047)
Transferências e abates	828.615	16.922	22	481.101	564	(1.444.171)	(116.947)
Saldo em 30 junho 2014	8.292.060	11.266.302	32.447	7.538.229	251.637	108.460	27.489.135
<b>Depreciação e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Depreciações do período	342.985	69.075	3.222	264.478	3.589	-	683.349
Alienações	(8)	(203.518)	(408)	(19.715)	-	-	(223.649)
Transferências e abates	13.656	(75.408)	2	(32.573)	8	-	(94.315)
Saldo em 30 junho 2014	4.971.099	10.832.727	15.441	6.273.555	238.658	-	22.331.480
Valor líquido	3.320.961	433.575	17.006	1.264.674	12.979	108.460	5.157.655



							2013 (reexpresso)
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Adições	21.716	2.173.047	-	8.482.240	-	20.239.251	30.916.254
Alienações	(173.822)	(2.408.267)	(6.440)	(261.514)	(793)	-	(2.850.836)
Transferências e abates	3.885.602	25.732.219	-	(1.053.162)	81.630	(28.465.261)	181.028
<b>Saldo em 30 junho 2013</b>	<b>304.866.780</b>	<b>1.097.784.145</b>	<b>165.296</b>	<b>220.394.493</b>	<b>6.795.895</b>	<b>12.439.630</b>	<b>1.642.446.239</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Depreciações do período	4.061.580	28.115.364	11.504	9.228.797	132.722	-	41.549.967
Alienações	(89.930)	(1.865.299)	(5.635)	(191.816)	(793)	-	(2.153.473)
Transferências e abates	(15.931)	(424.915)	-	(187.201)	11.649	-	(616.398)
<b>Saldo em 30 junho 2013</b>	<b>172.879.065</b>	<b>692.123.767</b>	<b>157.061</b>	<b>200.591.845</b>	<b>6.271.207</b>	<b>-</b>	<b>1.072.022.945</b>
Valor líquido	131.987.715	405.660.378	8.235	19.802.648	524.688	12.439.630	570.423.294

As adições do período findo em 30 de junho de 2013 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS ('Universal Mobile Telecommunications Service'), ao HSDPA ('Kanguru Express'), GSM ('Global Standard for Mobile Communications'), GPRS ('General Packet Radio Service'), ao FTTH ('Fibre-to-the-Home') e ao LTE ('Long Term Evolution'). Na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d) durante o exercício de 2013, estes ativos não fazem parte do saldo inicial nem do saldo final a 30 de junho de 2014 (Nota 3.d).

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2013 no montante de 41.549.967 euros incluem o montante de 39.942.069 euros relativo a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d) e 25) e o montante de 1.607.898 euros relativo a unidades continuadas, pelo que a reconciliação para a demonstração de resultados é como se segue:

	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 25)	Total
Ativos fixos tangíveis	1.607.898	39.942.069	41.549.967
Ativos intangíveis (Nota 6)	1.481.643	28.952.440	30.434.083
	3.089.541	68.894.509	71.984.050

Em 30 de junho de 2013 as adições do período, incluem cerca de 3,9 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa, associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de rede.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de junho de 2014 e 2013, ascendia a 1.385.250 euros e a 38.453.411 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 489.045 euros e 19.229.970 euros, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os contratos de locação financeira da NOS Comunicações e da Be Artis foram desreconhecidos (Nota 3.d) pelo que já não constam do saldo inicial nem do saldo final em 30 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2013 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 26,3 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade destes montantes foram desreconhecidos (Nota 3.d) pelo que não se encontram no saldo inicial nem no saldo final de ativos fixos tangíveis.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.



O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de junho de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	2014	2013
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	-	8.649.784
Sistemas de informação / equipamento informático	95.304	544.080
Outros projetos em curso	13.156	3.245.766
	108.460	12.439.630

A variação verificada deve-se ao desconhecimento dos ativos referentes ao setor das telecomunicações em agosto de 2013 (Nota 3.d)).

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2014	2013
Investimentos da área técnica	-	6.957.298
Investimentos em sistemas de informação	-	1.568.562
	-	8.525.860

Em 30 de junho de 2014, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar, uma vez que apenas respeitavam a empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

## 6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2014
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Adições	5.940	365.793	2.198.695	2.570.428
Transferências e abates	61.482	2.245.110	(2.097.349)	209.243
Saldo em 30 junho 2014	10.415.562	33.150.252	4.662.754	48.228.568
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Amortizações do período	1.701.400	1.070.899	-	2.772.299
Transferências e abates	57.249	31.272	-	88.521
Saldo em 30 junho 2014	8.900.008	22.762.449	-	31.662.457
Valor líquido	1.515.554	10.387.803	4.662.754	16.566.111



				2013 (reexpresso)
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Adições	11.362.563	469.875	9.069.537	20.901.975
Alienações	-	(2.868)	-	(2.868)
Transferências e abates	71.217	3.752.927	(6.057.012)	(2.232.868)
Saldo em 30 junho 2013	483.168.311	328.963.794	25.706.973	837.839.078
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Amortizações do período	20.609.293	9.824.790	-	30.434.083
Alienações	-	(641)	-	(641)
Transferências e abates	(847)	(1.321.287)	-	(1.322.134)
Saldo em 30 junho 2013	205.111.263	263.644.776	-	468.756.039
Valor líquido	278.057.048	65.319.018	25.706.973	369.083.039

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a NOS Comunicações assumiu compromissos em exercícios anteriores na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015. Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da NOS Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a NOS Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por **contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'**. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

O ativo intangível no período findo em 30 de junho de 2013 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondentes ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora ainda sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Este ativo foi desreconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2013 no montante de 30.434.083 euros incluem o montante de 28.952.440 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d) e 25) e o montante de 1.481.643 euros relativo a unidades continuadas.

Em 30 de junho de 2013, o grupo mantém registado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' o montante de 166.347.297 euros correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se



incluem: (i) 52.505.042 euros relativos à licença, (ii) 17.573.859 euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.338.249 euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 86.424.087 euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo grupo no âmbito da Sociedade de Informação. Estes ativos foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

A rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos' inclui ainda, no período findo em 30 de junho de 2013, cerca de 9,6 milhões de euros líquidos de amortizações referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da NOS Comunicações. Este ativo foi desreconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso. Em 30 de junho de 2013, o total do valor líquido destes custos ascende 9.627.653 euros. O valor capitalizado no período findo em 30 de junho de 2013 foi de 307.869 euros. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,83% a qual correspondia à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo. Estes ativos foram também, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Em 30 de junho de 2014 as adições do período, incluem cerca de 2,2 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 5,0 milhões de euros em 30 de junho de 2013), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID e NetClarus.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

## 7. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Saldo inicial	28.434.416	517.985.506
Ajustamento ao goodwill da Connectiv	-	412.703
Outros movimentos do período	146.384	20.852
Saldo final	28.580.800	518.419.061

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

A variação ocorrida entre os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 corresponde, essencialmente, ao desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.d)).

Assim, em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
<b>2014</b>			
Goodwill	22.550.800	6.030.000	-
<b>2013 (reexpresso)</b>			
Goodwill	26.268.720	7.000.000	485.150.341



Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
<b>Ativos adquiridos</b>			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	2.213.027	3.190.109	5.403.136
<b>Passivos adquiridos</b>			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	1.329.067	-	1.329.067
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>883.960</b>	<b>3.190.109</b>	<b>4.074.069</b>
Preço de aquisição inicial estimado			9.241.844
Goodwill inicial estimado			5.167.775
Ajustamentos ao preço estimado			412.703
Alocação a know-how			(3.478.853)
Goodwill Final			2.101.625

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de *software* e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas fusões e aquisições, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, a qual foi reconhecida como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão pago em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de USD 2 milhões (tendo já sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, USD 658 mil). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante contingente a pagar foi ajustado em USD 547.579 (412.703 euros). Foi ainda efetuada uma alocação a *know-how* no montante de USD 4.547.579 (3.478.653 euros), o qual se encontra a ser amortizado por um período de 28 meses, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais, uma vez que esse ajustamento ocorreu no período permitido pela IFRS 3 para alocação do goodwill.

Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das



telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
<b>Pressupostos</b>			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	13,0%	12,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%	2,0%

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspetivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 970 mil euros no exercício de 2013, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.w).

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013. No setor de Sistemas de Informação e Multimédia, da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades adicionais.

## 8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 30 de junho de 2014 e 2013 são as seguintes:

	Sede social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
		30 junho 2014		30 junho 2013		30 junho 2014	30 junho 2013 (reexpresso - Nota 1)
		Direto	Total	Direto	Total		
ZOPT (a)	Porto	50%	50%	50%	50%	8.934.020	(18.358)
Unipress - Centro Gráfico, Lda ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	67.061	110.501
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' - usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(27.440)	(39.558)
Infosystems (a)	Luanda	Alienada		50%	50%	-	176.837
Total (Nota 20)						8.973.641	229.422

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. A 30 de junho de 2014 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	30 junho 2014			30 junho 2013 (reexpresso - Nota 1)		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
<b>Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente</b>						
Saldo em 1 de janeiro	622.585.085	87.849.200	710.434.285	631.382	321.700	953.082
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	9.001.081	-	9.001.081	268.980	-	268.980
Efeito em reservas	(17.055.437)	-	(17.055.437)	229	-	229
Dividendos	(70.650)	-	(70.650)	(143.870)	-	(143.870)
Total de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	614.460.079	87.849.200	702.309.279	756.721	321.700	1.078.421
Perdas por imparidade (Nota 17)	(132.824)	-	(132.824)	(100.697)	-	(100.697)
Valor líquido	614.327.255	87.849.200	702.176.455	656.024	321.700	977.724



A variação ocorrida nos períodos de 30 de junho de 2014 e 2013 no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente corresponde essencialmente ao aumento na Zopt, de acordo com o seguinte:

	2013
<b>Zopt</b>	
Participação no capital da Zopt (Nota 3.d))	597.641.944
Prestações Acessórias Zopt (Nota 3.d))	230.000.000
Alienação de Prestações Acessórias da Zopt (Nota 3.d))	(115.000.000)
<b>Total</b>	<b>712.641.944</b>

O valor do Goodwill adicional ao existente nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt, no montante de 87.527.500 euros resulta da diferença entre o valor do investimento (712.641.944 euros) e o valor da proporção dos capitais próprios da Zopt (625.114.444 euros), uma vez que não foi identificada qualquer alocação adicional dos ativos e passivos por estes já se encontrarem registadas ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt à data de operação da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.d)).

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	30 junho 2014			30 junho 2013 (reexpresso - Nota 1)		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
<b>Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente</b>						
Zopt	613.958.027	87.527.500	701.485.527	6.642	-	6.642
Unipress	502.052	321.700	823.752	571.175	321.700	892.875
SIRS	(132.824)	-	(132.824)	(100.697)	-	(100.697)
Infosystems	-	-	-	178.904	-	178.904
<b>Total</b>	<b>614.327.255</b>	<b>87.849.200</b>	<b>702.176.455</b>	<b>656.024</b>	<b>321.700</b>	<b>977.724</b>

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)								2014
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido	
ZOPT*	50%	4.419.596	1.910.939	2.508.657	682.319	67.178	35.191	
Unipress	50%	4.213	3.209	1.004	1.553	518	134	
SIRS	45%	376	671	(295)	440	(31)	(61)	

\* Contas consolidadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo.

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do período da NOS, do resultado líquido do período da Zopt, dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt e retirando o efeito dos minoritários.

## Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

### 1. Processos TMDP

Em fevereiro de 2004, a Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), no seu artigo 106º, criou, ao abrigo do artigo 13º da Diretiva-Autorização (Diretiva 2002/20/CE, de 7 de junho), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como contrapartida dos 'direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento em local fixo, dos domínios público e privado municipal' por sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

A base da incidência da TMDP é, por seu turno, constituída por 'cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município', sendo a TMDP determinada com base num percentual máximo de 0,25% sobre o valor dessas faturas. Alguns municípios, apesar da aprovação da TMDP, têm mantido a cobrança das denominadas Taxas de Ocupação, tendo outros optado pela manutenção destas últimas taxas em detrimento da aprovação da TMDP.



O Grupo, com base em pareceres jurídicos sobre esta matéria, entende que a TMDP é a única taxa que pode ser cobrada como contrapartida dos direitos acima referidos, designadamente o direito de instalação, razão pela qual tem impugnado as Taxas de Ocupação de via pública que lhe são cobradas pelos municípios, por entender que as mesmas são ilegais. Salienta-se que, em sede de reclamação graciosa, houve já decisão por parte de alguns municípios, que ou subscreveram o entendimento do Grupo ou entenderam poderem apenas optar entre uma ou outra das taxas, entendendo que não é possível a sobreposição da TMDP e das Taxas de Ocupação de via pública.

Entretanto já foram proferidas várias decisões judiciais, incluindo do Supremo Tribunal Administrativo sobre a questão de fundo que têm vindo a dar provimento à posição e entendimento da NOS SA, pelo que existem boas perspetivas de que esta questão venha a ser definitivamente resolvida na generalidade da Câmaras em favor da NOS SA. Foram interpostos dois recursos para o Tribunal Constitucional em dois processos pela Câmara Municipal de Lisboa, que não tiveram provimento.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 123/2009, de 21 de maio, esta questão ficou definitivamente ultrapassada, para o futuro. Este diploma veio dispor claramente (em linha com o que o Grupo entendia já decorrer da legislação anterior) que, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas é devida a TMDP, nos termos da Lei das Comunicações Eletrónicas e que não são devidas quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações.

## 2. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a oferta *triple play*, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração.

- O ICP-ANACOM instaurou processos de contraordenação contra empresas do Grupo, tal como contra a generalidade dos operadores de comunicações eletrónicas nacionais, por violação das regras de portabilidade. A NOS SA, NOS Açores e a NOS Madeira impugnam judicialmente as decisões do ICP-ANACOM, de condenação no pagamento de coimas, no âmbito desses processos. Em 2014 foram proferidas decisões judiciais de cinco processos que confirmaram sanções aplicadas à NOS SA, NOS Açores e à NOS Madeira no montante de 72 milhares de euros. Encontram-se ainda pendentes de decisão processos de anos anteriores.

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011 e 2012) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.087 milhares de euros, 2.325 milhares de euros, 3.580 milhares de euros e 3.447 milhares de euros; (ii) 42 milhares de euros, 79 milhares de euros, 123 milhares de euros e 113 milhares de euros e (iii) 55 milhares de euros, 109 milhares de euros, 169 milhares de euros e 156 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pelo ICP-ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ICP-ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos. Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.

- A NOS candidatou-se ao concurso público para o licenciamento de um serviço de programas de âmbito nacional, generalista, de acesso não condicionado livre, a emitir por via hertziana terrestre. Por decisão da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de 23 de março de 2009, a candidatura da NOS, tal como a outra candidatura concorrente foi excluída do concurso, decisão da qual a NOS recorreu judicialmente. Entretanto, em 2014, a NOS desistiu dos pedidos formulados, pondo termo ao processo.
- Em 26 de outubro de 2005, o ICP-ANACOM iniciou um processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, relativo ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, aplicada à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS



SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA), tendo à data a ANACOM notificado a NOS SA de um novo processo de contraordenação.

### 3. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2013, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2011. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 28,9 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

### 4. Ações da PT contra a NOS Madeira e NOS Açores

- A PT tentou no Tribunal Judicial do Funchal uma ação ordinária contra a NOS Madeira, pedindo o pagamento de 1.608 milhares de euros, acrescido de juros, até integral pagamento pela alegada utilização de condutas, prestação de serviço MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à NOS Madeira, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.
- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de euros.

### 5. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços ZON, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

### 6. Ações contra a SPORT TV

A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*. A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação.

### 7. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até junho de 2014, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascende a um total de 107.872 milhares de euros. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 foi recebido e reconhecido em resultados, o montante de 3.145 milhares de euros.



## 8. Tarifas de Interligação

Em 30 de junho de 2014, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

## 9. CNPD

Existe ainda uma provisão para fazer face ao processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. No entanto, no dia 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, em relação à qual irá recorrer para os tribunais judiciais, sendo convicção do Conselho de Administração a obtenção de uma decisão favorável.

## 10. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada Be Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

## 11. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente) e 2010 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em janeiro e maio de 2013, respetivamente) e 2011 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2014). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18.º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2011. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

## 9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 3.d)), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

No período findo em 30 de junho de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonaecom de acordo com o movimento abaixo descrito.



Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o periodo findo em 30 de junho de 2014 foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(7.931.359)	-	52.860.154
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	17.433	(37.725)	2.697.696
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(7.913.926)	(37.725)	55.557.850
Registado em ativos não correntes						1.192.926
Registado em ativos correntes						54.364.924

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado em outras rubricas da demonstração dos resultados.

As diminuições a 30 de junho de 2014 correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 13), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	4,8	1,199
Justo valor	52.860.154	2.697.696

\* Utilizada a cotação de 30 de junho de 2014 no apuramento do justo valor.

## 10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2014	2013
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	13.104	13.104
Perdas por imparidade		(100.000)	-
		115.448	215.448

A variação ocorrida na rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda', correspondeu à constituição de uma perda por imparidade no montante de 100.000 euros referente ao investimento na Lusa, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Outros custos financeiros' no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de junho de 2014, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.



A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. <sup>(1)</sup>	13.630	6.201	1.020	14.311	(626)	(1.018)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL <sup>(1)</sup>	110	10	-	58	8	8

<sup>(1)</sup> Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2013.

## 11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de junho de 2014 e 2013, no montante de 5.888.181 euros e 95.217.846 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como segue:

					2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 30 junho 2014
Prejuízos fiscais	848.995	369.624	-	-	1.218.619
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.510.903	(62.113)	-	(15.721)	1.433.069
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	946.535	-	-	378.826	1.325.361
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	(130)	97
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	-	(126.098)	1.871.447
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	5.304.205	307.511	-	236.877	5.848.593
Outros	(104.319)	116.420	-	-	39.588
Saldo final	5.199.886	423.931	-	236.877	5.888.181

					2013
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 30 junho 2013
Prejuízos fiscais	6.172.973	1.010.556	-	192.695	7.376.224
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(1.399.071)	-	29.596	34.933.401
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	-	-	1.898.443	11.607.659
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.801	(3.312.450)	-	-	9.937.351
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(1.610.000)	-	1.610.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(3.201.982)	-	482.626	29.791.345
Sub-total do efeito em resultados	101.165.567	(6.902.947)	(1.610.000)	2.603.360	95.255.980
Outros	(30.786)	(7.348)	-	-	(38.134)
Saldo final	101.134.781	(6.910.295)	(1.610.000)	2.603.360	95.217.846

Em 30 de junho de 2013, as 'Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias' incluem diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da NOS Comunicações. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o qual seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo inicial nem final do período findo em 30 de junho de 2014 (Nota 3.d)).



Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008. Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 27 de agosto de 2013, foi revertido um montante de 15 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo inicial do período findo em 30 de junho de 2014 (Nota 3.d)).

Em 30 de junho de 2014 e 2013, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 30 de junho de 2014, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23% (25% em 2013), devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 24,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de junho de 2014, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS*	Empresas excluídas do RETGS						2014 Total Grupo Sonaecom
		We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:								
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	153.061	-	153.061	153.061
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	28.236	-	28.236	28.236
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	188.701	-	188.701	188.701
A serem utilizados até 2025	-	-	-	151.545	46.499	-	198.044	198.044
A serem utilizados até 2030	-	-	123.739	7.393	-	-	131.132	131.132
A serem utilizados até 2033	-	-	196.320	-	-	-	196.320	196.320
A serem utilizados até 2034	-	-	323.125	-	-	-	323.125	323.125
Prejuízos fiscais	-	-	643.184	158.938	416.497	-	1.218.619	1.218.619
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	913.501	205.850	219.414	-	88.872	5.432	519.568	1.433.069
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	1.309.480	-	15.881	-	-	-	15.881	1.325.361
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	97	-	-	-	-	-	-	97
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	1.871.447
Outros	-	23.621	5.770	-	9.832	365	39.588	39.588
<b>Total</b>	<b>2.223.078</b>	<b>229.471</b>	<b>884.249</b>	<b>158.938</b>	<b>515.201</b>	<b>5.797</b>	<b>1.793.656</b>	<b>5.888.181</b>

\* A partir de 2014, a Digitmarket foi incluída no RETGS, devido às alterações ocorridas na legislação aplicável.



Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registrados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos fiscais	7.576.923	19.777.113
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	32.499.868	36.347.308
Outros	1.408.084	4.955.642
	41.484.875	61.080.063

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registrados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2014	2013
2013	-	12.852.794
2014	306.564	454.377
2015	1.224.436	2.328.841
2016	301.931	398.852
2017	209.230	215.945
2018	223.290	63.041
2019	338.987	331.156
2020	28.467	28.260
2021	68.536	53.860
2022	53.174	22.594
2023	11.311	-
2026	1.344.197	-
2030	84.942	84.675
2031	105.369	78.338
2032	64.001	-
Sem limite de utilização	3.212.488	2.864.380
	7.576.923	19.777.113

Os anos de 2030 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de junho de 2013 no montante de 1.112.167 euros resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	(89.522)	(1.089.637)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	88.971	(22.530)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	88.971	(22.530)
Outros	551	-
Saldo final	-	(1.112.167)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultado antes de imposto	2.330.881	(8.365.189)
Imposto	(536.103)	2.091.297
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	(943.164)	(3.740.115)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	236.877	274.794
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	78.745	679.729
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	1.398.123	(826.260)
Registo de passivos por impostos diferidos	-	(350.070)
<b>Impostos registados no período (Nota 21)</b>	<b>234.478</b>	<b>(1.870.625)</b>

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% (25% em 2013) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2014, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2010 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Numerário	25.626	175.251
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.801.184	3.937.140
Aplicações de tesouraria	171.746.055	14.087.099
Caixa e equivalentes de caixa	174.572.865	18.199.490
Descobertos bancários (Nota 15)	(102.272)	(4.819.298)
	<b>174.470.593</b>	<b>13.380.192</b>

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2014	2013
Sonae Investments BV	-	6.810.000
Aplicações bancárias	171.746.055	7.277.099
	<b>171.746.055</b>	<b>14.087.099</b>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de junho de 2014, venceram juros a uma taxa média de 0,70% (1,90% em 2013).

### 13. Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respetivamente, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro, respetivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	80.822.964	25,96%	3.430.000	0,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.882.940	9,92%	89.932.361	24,56%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Atlas Service Belgium**	-	-	73.249.374	20,00%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.*	-	-	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

\* No período findo em 30 de junho de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

\*\* A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respetivamente.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

### 14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 13, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

## 15. Empréstimos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-14/jan-15/jul-15	Parcelar	-	20.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(1.355.060)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	1.711.194
					-	180.356.134
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
	Papel Comercial	30.000.000	nov-14	-	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(116.238)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	252.470
					-	60.136.232
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	Parcelar	3.993.656	5.212.705
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(101.407)	(148.895)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	31.523	29.806
					4.375.094	5.544.938
					4.375.094	246.037.304

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Sonaecom SGPS	Aplicações de tesouraria obtidas (Nota 22)	-	-	-	11.557.500	-
	Juros corridos e não vencidos (Nota 22)	-	-	-	14.314	-
					11.571.814	-
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	100.000.000	jun-14	-	-	100.000.000
	Papel Comercial	25.000.000	jul-13	-	-	25.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(17.842)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	8.372
					-	124.990.530
Sonaecom SGPS	Contas correntes caucionadas	16.500.000	jul-13	-	-	8.805.000
Sonaecom SGPS	Descobertos autorizados (Nota 12)	2.500.000	out-13	-	-	1.173.239
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14/out-14/abr-15	-	998.414	521.270
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	102.272	3.646.059
					1.100.686	14.145.568
					12.672.500	139.136.098

### Empréstimos Obrigacionistas

Em março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de outro Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 40 milhões de euros, sem garantias, e pelo prazo de 5 anos. O empréstimo vence juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa – Banco de Investimento. Esta emissão obrigacionista foi admitida à



negociação no mercado da Euronext Lisbon. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista foi cedido à NOS.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos e meio. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à NOS.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período de 2014, foi de 4,83% (2,48%, em 2013).

### Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonae SGPS.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização destas linhas de crédito.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no período de 2013, foi de 4,03%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.



Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 *tranches* semestrais, tendo sido a primeira exigível em abril de 2014.

Em 30 de junho de 2014, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de junho de 2014 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

### Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente ou autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos, geralmente, até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a ZON, foi cedida à NOS, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas, papel comercial e para o empréstimo bancário da WeDo Américas classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
<b>2014</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos:						
Amortização	-	998.414	998.414	998.414	998.414	-
Juros	103.750	92.853	66.737	40.907	15.041	-
	103.750	1.091.267	1.065.151	1.039.321	1.013.455	-
<b>2013</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	150.000.000	30.000.000	-	-	-
Juros	6.569.186	4.984.174	956.318	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	30.000.000	30.000.000	-	-	-
Juros	2.690.353	1.712.233	95.725	-	-	-
Outros empréstimos:						
Amortização	-	1.042.541	1.042.541	1.042.541	1.042.541	1.042.541
Juros	150.057	139.640	110.001	79.824	49.854	17.403
	9.409.596	187.878.588	62.204.585	1.122.365	1.092.395	1.059.944

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de junho de 2013.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2014</b>						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	4.992.070	4.992.070	-	x	x
Outras	Diversos	-	102.272	-	x	
		5.992.070	5.094.342	1.000.000		
<b>2013 (reexpresso - Nota 1)</b>						
Sonaecom	Papel comercial	100.000.000	100.000.000	-	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	25.000.000	-	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes caucionadas	16.500.000	8.805.000	7.695.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	1.173.239	1.326.761	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.733.975	5.733.975	-	x	x
Outras	Diversos	-	3.646.059	-	x	
		414.733.975	384.358.273	34.021.761		

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

## 16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 352.681 euros e 17.282.397 euros, respetivamente. Esta variação deve-se ao desreconhecimento dos passivos referentes às empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.d) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de junho de 2014 e 2013 era o seguinte:

	2014		2013 (reexpresso - Nota 1)	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2013	-	-	2.244.357	1.714.995
2014	104.793	92.937	3.942.138	3.012.109
2015	169.641	152.797	3.800.462	3.031.424
2016	154.380	144.529	3.013.661	2.400.318
2017 e seguintes	133.420	129.905	12.493.165	10.330.748
	562.234	520.168	25.493.783	20.489.594
Juros	(42.065)	-	(5.004.188)	-
	520.169	520.168	20.489.595	20.489.594
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(167.487)	-	(3.207.197)
	520.169	352.681	20.489.595	17.282.397



## 17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1) foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Saldo final
<b>2014</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	3.999.525	-	(153.500)	-	3.846.025
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	274.633	(5.923)	(252.844)	3.076.852
	<u>7.085.511</u>	<u>274.633</u>	<u>(159.423)</u>	<u>(252.844)</u>	<u>6.947.877</u>
<b>2013 (reexpresso - Nota 1)</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	82.895.444	13.351.071	(5.135.307)	(17.076.374)	74.034.834
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	4.377.789	349.998	(1.970.000)	(412.964)	2.344.823
Provisões para outros riscos e encargos	43.673.340	1.963.927	(3.937.549)	(1.922.109)	39.777.609
	<u>130.946.573</u>	<u>15.664.996</u>	<u>(11.042.856)</u>	<u>(19.411.447)</u>	<u>116.157.266</u>

Em 30 de junho de 2014, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 243.400 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 3.793 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), e ainda, o montante de 27.440 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 8).

Em 30 de junho de 2013, o reforço das Provisões e perdas por imparidade no montante de 15.664.996 euros, incluem o montante de 14.570.981 euros relativo ao reforço de provisões e perdas por imparidade das unidades descontinuadas e o montante de 1.094.015 euros relativo a unidades continuadas. O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 1.234.838 euros relativo ao reforço das provisões e perdas por imparidades das unidades descontinuadas (33.580 euros estão registado na demonstração de resultados em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21) e 322.034 euros são relativos à provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c))), o montante de 466.574 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 13.450 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), e ainda, o montante de 39.558 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 8).

Em 30 de junho de 2014, a redução das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 5.923 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21).

Em 30 de junho de 2013, a redução das Provisões e perdas por imparidade no montante de 11.042.856 euros, incluem o montante de 10.981.680 euros relativo as unidades descontinuadas e o montante de 61.176 euros relativo a unidades continuadas.

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões para indemnizações.

A 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Contingências diversas	1.907.283	5.022.139
Processos judiciais em curso	245.865	3.102.463
Desmantelamentos	158.358	14.319.433
Indemnizações a liquidar	-	540.277
Outras responsabilidades	765.346	16.793.297
	<u>3.076.852</u>	<u>39.777.609</u>

A 30 de junho de 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'. A variação deve-se ao desreconhecimento das provisões associadas às unidades descontinuadas (Nota 3.d)).



A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica 'Outras responsabilidades' corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.r)), no montante de cerca de 441 mil euros (cerca de 14,7 milhões de euros em 2013). A variação deve-se ao desreconhecimento das provisões referentes à NOS Comunicações, à Be Artis e à Be Towering (Nota 3.d)).

## 18. Outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2014, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 167.487 euros (3.207.197 euros em 2013) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).

## 19. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Subcontratos	12.361.773	12.271.167
Trabalhos especializados	2.783.637	2.387.582
Rendas e alugueres	2.706.940	2.908.691
Deslocações e estadas	2.305.102	2.312.977
Publicidade e propaganda	1.489.279	1.511.736
Comunicação	726.725	244.383
Eletricidade	667.907	117.480
Honorários	624.800	631.469
Conservação e reparação	327.191	105.143
Comissões	206.250	828.560
Outros	848.351	577.634
	25.047.955	23.896.822

Os compromissos assumidos em 30 de junho de 2014 e 2013 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2013	-	1.988.677
2014	2.185.757	2.322.092
2015	2.509.598	1.694.113
2016	2.029.632	1.223.886
2017	1.621.238	688.581
2018	1.096.198	455.673
2019 e seguintes	107.562	175.444
Renováveis por 1 ano	1.428.193	820.435
	10.978.178	9.368.901

Durante o período findo em 30 de junho de 2014 foram reconhecidos 1.971.049 euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.



## 20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	8.973.641	229.422
	8.973.641	229.422
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados:		
Ganhos e perdas relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	(7.913.926)	-
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(6.592.422)	-
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(662.337)	(6.342.490)
Empréstimos bancários	(508.482)	(6.116.373)
Juros de leasing	(12.750)	(2.864)
Outros juros	(141.105)	(223.253)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(564.167)	(544.520)
Outros custos financeiros	(388.923)	(229.199)
	(1.615.427)	(7.116.209)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.251.360	39.347
Diferenças de câmbio favoráveis	475.763	533.586
Outros proveitos financeiros	157.788	3.375
	1.884.911	576.308

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria.

## 21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Imposto corrente	(161.404)	(757.826)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	(237.477)	(466.573)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	544.388	16.706
Imposto diferido passivo (Nota 11)	88.971	(662.932)
	234.478	(1.870.625)

## 22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.





	Transações durante o período findo em 30 de junho de 2014			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	1.806	(771)	1.001.287	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	424.121	88.420	-	19.418
Worten	81.561	710	-	-
Sonaecenter II	7.505.478	134.949	-	-
Sierra Portugal	2.467.077	7.696	-	-
Raso Viagens	55.124	717.451	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	945.906	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	536.760	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	-	-
	<b>12.017.833</b>	<b>948.455</b>	<b>1.001.287</b>	<b>19.418</b>

	Transações durante o período findo em 30 de junho de 2013 (reexpresso)			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	11.672	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.952.583	515.526	-	78.538
Worten	1.463.003	734.843	-	7
Sonaecenter II	3.632.040	468.366	-	-
Sierra Portugal	3.416.578	492.082	-	-
Raso Viagens	143.313	1.356.998	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	684.591	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	924.899	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	5.774	-
France Telecom	7.453.416	10.257.952	-	-
	<b>19.682.095</b>	<b>13.825.767</b>	<b>5.774</b>	<b>78.545</b>

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. irá restituir o valor remanescente em dívida.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.



## 23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de junho de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
WeDo	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo bancário (Nota 15)	5.615.436	5.835.245
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	1.435.379	5.955.731
We Do, WeDo Brasil e WeDo Egipto	Digi Tecomunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Pak Telecom Mobile; Asiaceil Communications	Boa execução de trabalhos a realizar	1.115.135	1.451.319
We Do e Saphety	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - QREN	392.707	392.707
NOS Comunicações, Sontária, Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA, RF	240.622	9.015.764
NOS Comunicações	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	-	24.000.000
NOS Comunicações	Câmara Municipal de Barcelos, Chaves, Coimbra, Elvas, Lisboa, Mealhada e Oeiras	Boa execução de trabalhos a realizar	-	83.823
Várias	Outros		326.228	1.072.629
			9.125.507	47.807.218

A variação ocorrida no valor das garantias refere-se às garantias relacionadas com o setor das telecomunicações que já não se encontram no saldo de 30 de junho de 2014 (Nota 3.d)).

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.503.072 euros.

Em 30 de junho de 2014, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 3.d)), nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na ZON (Nota 3.d)) o segmento de telecomunicações foi classificado como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de junho de 2013 para refletir numa quantia única, na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 25).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de junho de 2014 e 2013, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:



	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)	jun-14 (reexpresso - Nota 1)	jun-13 (reexpresso - Nota 1)
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	-	-	7.728.420	9.311.275	57.885.551	55.599.423	161.661	1.762.911	65.775.632	66.673.609	(154.895)	(9.167.487)	65.620.737	57.506.122
Redução de provisões	-	-	153.500	44.000	-	16.470	-	706	153.500	61.176	-	-	153.500	61.176
Outros proveitos operacionais	-	-	263.999	112.324	255.216	484.797	54.842	52.540	574.057	649.661	(1.743)	39.778	572.314	689.439
<b>Total de proveitos</b>	-	-	8.145.919	9.467.599	58.140.767	56.100.690	216.503	1.816.157	66.503.189	67.384.446	(156.638)	(9.127.709)	66.346.551	58.256.737
Amortizações e depreciações	-	-	(256.090)	(455.454)	(3.183.742)	(1.843.572)	(8.276)	(34.859)	(3.448.108)	(2.333.885)	(7.540)	(755.656)	(3.455.648)	(3.089.541)
Provisões e perdas de imparidade	-	-	-	-	-	(472.168)	-	(102.265)	-	(574.433)	-	-	-	(574.433)
Resultado operacional do segmento	-	-	(1.587.196)	(1.173.612)	2.567.543	4.902.001	(1.190.189)	(668.093)	(209.842)	3.060.296	(109.980)	(5.115.006)	(319.822)	(2.054.710)
Juros obtidos	-	-	3.486	15.364	110.439	655.302	1.876.751	12.798.231	1.990.676	13.468.897	(739.316)	(13.429.550)	1.251.360	39.347
Juros suportados	-	-	(247.776)	(213.361)	(618.480)	(1.099.579)	(529.926)	(6.296.151)	(1.396.182)	(7.609.091)	733.845	1.266.601	(662.337)	(6.342.490)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	89.581	-	-	-	8.934.020	-	9.023.601	-	(49.960)	229.422	8.973.641	229.422
Ganhos e perdas em Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	(6.592.422)	-	(6.592.422)	-	-	-	(6.592.422)	-
Outros resultados financeiros	-	-	(1.587)	(2.664)	(222.820)	(38.075)	(1254.432)	21.924.597	(1.478.839)	21.883.858	1.159.300	(22.120.616)	(319.539)	(236.758)
Impostos sobre o rendimento	-	-	463.417	544.826	(273.172)	(1.488.926)	38.738	(570.486)	228.983	(1514.586)	5.495	(356.039)	234.478	(1.870.625)
<b>Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas</b>	-	-	(1.280.075)	(829.447)	1.563.510	2.930.723	1.282.540	27.188.098	1.565.975	29.289.374	999.384	(39.525.188)	2.565.359	(10.235.814)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	50.084.670	-	-	-	-	-	-	-	50.084.670	-	-	-	50.084.670
<b>Atribuível a:</b>														
Acionistas da empresa mãe	-	50.084.670	(1.280.075)	(829.447)	1.566.074	2.920.079	1.282.540	27.188.098	1.568.539	79.363.400	1.001.198	(39.509.476)	2.569.737	39.853.924
Interesses sem controle	-	-	-	-	(2.564)	10.644	-	-	(2.564)	10.644	(1.814)	(15.712)	(4.378)	(5.068)
<b>Ativos:</b>														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	-	1.493.918.684	860.718	3.713.948	77.751.139	77.979.897	51.526	273.870	78.663.383	1.575.886.399	(28.358.817)	(117.961.005)	50.304.566	1.457.925.394
Inventários	-	19.115.457	316.268	444.848	44.062	246.418	-	-	360.330	19.806.723	-	(35.030)	360.330	19.771.693
Investimentos financeiros	-	-	950.636	212.954	2.494	1.240.435	651.058.276	1.068.901.760	652.011.406	1.060.355.149	51.606.247	(1.059.061.280)	703.617.653	1.293.869
Outros ativos não correntes	-	91.698.329	3.570	3.570	6.218.495	6.412.210	173.333.642	514.571.506	179.555.707	612.685.615	(173.619.841)	(515.356.326)	5.935.866	97.329.289
Outros ativos correntes do segmento	-	223.495.843	6.580.531	8.010.449	57.971.908	51.786.867	240.193.767	131.914.784	304.746.206	415.207.943	(7.648.660)	(138.411.354)	297.097.546	276.796.589
<b>Passivos:</b>														
Passivos do segmento	-	771.540.437	15.469.399	17.087.675	74.356.076	73.270.368	15.575.287	387.353.776	105.400.762	1.249.252.256	(26.785.448)	(475.223.684)	78.615.314	774.028.572
CAPEX	-	49.353.085	215.951	226.989	2.670.865	3.198.678	7.023.078	15.263.199	9.909.894	68.041.951	(1.479.810)	(43.443.827)	8.430.084	24.598.124

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
<b>2014</b>			
Multimédia	-	62.016	(4.444)
Sistemas de Informação	294	-	166.104
Atividades de Holding	-	16.484	-
Clientes externos	7.728.126	57.807.051	1
	7.728.420	57.885.551	161.661
<b>2013 (reexpresso - Nota 1)</b>			
Telecomunicações	-	6.545.027	1.558.469
Multimédia	-	22.880	70.407
Sistemas de Informação	294	-	143.952
Atividades de Holding	1.800	3.924	-
Clientes externos	9.309.181	49.027.592	(9.917)
	9.311.275	55.599.423	1.762.911

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços dos diversos segmentos foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito para os segmentos de Multimédia e Atividades de Holding.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, também para o segmento Sistemas de Informação o mercado português é preponderante, representando 57% do rédito (52,2% em 2013) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 6,4% e 4,9% do rédito (8,7% e 7,2% em 2013), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 30 de junho de 2014 e a 31 de dezembro de 2013, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3.d) e 8), podem ser resumidas como se segue:

#### Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	junho 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
<b>Ativo</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.084.710	1.096.823
Ativos intangíveis	1.123.040	1.136.433
Impostos diferidos ativos	134.919	149.431
Outros ativos não correntes	57.855	61.143
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.400.524</b>	<b>2.443.830</b>
Clientes	310.672	276.630
Caixa e equivalentes de caixa	42.799	74.380
Outros ativos correntes	117.335	103.830
<b>Ativo corrente</b>	<b>470.806</b>	<b>454.840</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.871.330</b>	<b>2.898.670</b>
<b>Passivo</b>		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	705.748	928.239
Provisões para outros riscos e encargos	95.820	101.770
Outros passivos não correntes	51.005	46.222
<b>Passivos não correntes</b>	<b>852.573</b>	<b>1.076.231</b>
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	424.918	213.431
Fornecedores	284.534	296.823
Outros passivos correntes	275.661	251.973
<b>Passivos correntes</b>	<b>985.113</b>	<b>762.227</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.837.686</b>	<b>1.838.457</b>
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.023.789	1.050.598
Interesses sem controlo	9.855	9.615
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.033.644</b>	<b>1.060.213</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.871.330</b>	<b>2.898.670</b>



## Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	junho 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Receitas totais	682.319	990.259
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(290.499)	(413.817)
Amortizações	(170.103)	(243.070)
Outros custos operacionais	(136.156)	(254.869)
	(596.758)	(911.756)
Resultados financeiros	(29.354)	(50.811)
Imposto sobre o rendimento	(12.121)	(16.433)
Resultado líquido consolidado do período	44.086	11.259
Resultado líquido consolidado do período atribuível a interesses sem controlo	410	449
Atribuível a acionistas da empresa mãe	43.676	10.810

## 25. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	27 de agosto de 2013	30 de junho de 2013
Vendas	18.822.654	13.567.578
Prestações de serviços	440.084.032	327.956.766
Outros proveitos operacionais	6.045.835	4.454.895
	464.952.521	345.979.239
Custo das vendas	(21.479.154)	(15.027.926)
Fornecimentos e serviços externos	(229.074.114)	(169.536.431)
Custos com o pessoal	(30.726.186)	(23.073.970)
Amortizações e depreciações	(93.347.815)	(68.894.509)
Provisões e perdas de imparidade	(8.852.793)	(3.233.687)
Outros custos operacionais	(9.723.657)	(9.709.348)
	(393.203.719)	(289.475.871)
Outros custos financeiros	(2.092.284)	(1.923.248)
Outros proveitos financeiros	2.697.674	1.834.458
Resultados correntes	72.354.192	56.414.578
Imposto sobre o rendimento	2.839.693	(6.329.908)
	75.193.885	50.084.670
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d))	(8.949.665)	-
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	66.244.220	50.084.670

O resultado líquido do período de operações descontinuadas na coluna referente a 27 de agosto de 2013 corresponde ao resultado líquido gerado pelas empresas associadas ao negócio das telecomunicações até à data da fusão da Optimus SGPS com a ZON (Nota 3.d)) no montante de 75.193.885 euros e da perda apurada com a operação no montante de 8.949.665 euros.

## 26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (2.569.737 euros em 2014 e 39.853.924 euros em 2013) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, deduzidas das ações próprias (324.071.300 em 2014 e 361.206.812 em 2013).

## 27. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonaecom-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.



Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Período de Diferimento			31 dezembro 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	44	477.778
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	45	540.805
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	46	406.903
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

\* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.

O plano 2010 foi entregue em março de 2014 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio 2014. Desta forma, os planos em aberto a 30 de junho de 2014 são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 junho 2014	
	Cotação 30 junho 2014/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2011	1,199	09-mar-12	10-mar-15	46	1.154.078
Plano 2012	1,199	08-mar-13	10-mar-16	48	877.848
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,199	10-mar-14	10-mar-17	219	1.813.240

O plano de 2013 inclui 167 colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2013:				
Ainda diferidas	135	1.425.486	6	798.591
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>1.425.486</b>	<b>6</b>	<b>798.591</b>
Movimentos no período:				
Atribuídas	-	-	219	1.765.212
Convertidas	(135)	(1.425.486)	135	2.923.738
Vencidas	-	-	(48)	(1.218.147)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas <sup>(1)</sup>	-	-	5	175.612
Saldo a 30 junho 2014:				
Ainda diferidas	-	-	317	4.445.006
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>317</b>	<b>4.445.006</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Ações Sonaecom	Total
	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011	
Valor nocional	323.727	268.451	492.439	1.084.617
Maturidade	mar-15	mar-16	dez-16	
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2			
Método de valorização	Custo atual de substituição			
<b>Justo valor*</b>	<b>632.845</b>	<b>192.551</b>	<b>281.929</b>	<b>1.107.325</b>

\* Utilizada a cotação de 30 de junho de 2014 no apuramento do justo valor.

Em 11 de julho de 2014, a Sonaecom cessou o contrato que tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A para o Plano 2011, em que esta se obrigava à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo.



Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de junho de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	29.602.457	4.310.802	279.519	34.192.778
Custos reconhecidos no período	167.711	580.238	20.039	767.988
Impacto da conversão	(1.251.767)	2.386.427	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.518.401)	(4.047.509)	-	(32.565.910)
Custos dos planos exercidos no período	-	(1.279.208)	-	(1.279.208)
<b>Total de custos dos Planos</b>	-	<b>1.950.750</b>	<b>299.558</b>	<b>2.250.308</b>
Responsabilidade dos Planos	281.929	2.776.146	299.558	3.357.633
Justo valor dos Contratos de cobertura	(281.929)	(825.396)	-	(1.107.325)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (1)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em 'Outros passivos correntes'	-	1.184.594	172.986	1.357.580
Registados em 'Outros passivos não correntes'	-	766.156	169.620	935.776
Registado em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição, em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (2.317.853 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

## 28. Eventos subsequentes

No dia 18 de julho, o grupo Sonaecom adquiriu 60% do capital social da S21Sec, uma multinacional, sediada em Madrid, especializada em serviços e tecnologias de Cyber Security cuja finalidade é a proteção da informação, operações e da imagem corporativa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de agosto de 2014.

## Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela Álvaro Cuervo Garcia Belmiro de Azevedo Bernd Hubert Joachim Bothe	Christine Cross Duarte Paulo Teixeira de Azevedo José Manuel Neves Adelino Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding,SGPS, S.A ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda Adlands B.V. Aegean Park,SA Agepan Eiweiler Management GmbH Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG Aglom Investimentos, Sgps, S.A. Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA Airone - Shopping Centre, Srl ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Algarveshopping- Centro Comercial, S.A. Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Arat Inmuebles, S.A. ARP Alverca Retail Park, SA Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A. Aserraderos de Cuellar,SA Atelgen-Produção Energia, ACE Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA Avenida M-40 B.V. Azulino Imobiliária, S.A. BA Business Angels, SGPS, SA BA Capital, SGPS BB Food Service, SA Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA Beeskow Holzwerkstoffe Beralands BV Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	BIG Picture 2 Films Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA BOM MOMENTO - Restauração, S.A. Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA Cape Technologies Limited Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA Cascaishopping- Centro Comercial, S.A. Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. CCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA Centro Colombo- Centro Comercial, S.A. Centro Residencial da Maia,Urban,SA Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA Cinclus Imobiliária,SA Citorres-Sociedade Imobiliária,SA Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A. Colombo Towers Holding, BV Companhia Térmica Hectare, ACE Companhia Térmica Tagol, Lda. Contacto Concessões, SGPS, S.A. Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,SA Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA Continente Hipermercados, S.A. Country Club da Maia-Imobiliária,SA Craiova Mall BV Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.



<p>CTE-Central Termoelct. do Estuário, Lda          Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.          Darbo SAS  <b>Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.</b>          Discovery Sports, SA          Distodo Distribui e Logist,Lda          Dortmund Tower GmbH          Dos Mares - Shopping Centre B.V.          Dos Mares-Shopping Centre, S.A.          Dreamia, B.V          Dreamia, Serv de Televisão, SA          Ecociclo - Energia e Ambiente, SA          Ecociclo II          Edições Book.it, S.A.          Efanor Investimentos, SGPS, S.A.          Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.          Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda          Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA          Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.          Equador &amp; Mendes,Lda          Estação Viana - Centro Comercial, S.A.          Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA          Euroresinas-Indústrias Químicas,SA          Farmácia Selecção, SA          Fashion Division Canárias, SL          Fashion Division, S.A.          Feneralit-Produção de Energia, ACE          FINSTAR-Socied.Investim.Par SA          Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA          Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA          Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.          Fundo de Invest. Imobiliário Imosede          Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC          Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center          Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois          Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro          GaiaShopping I- Centro Comercial, S.A.          GaiaShopping II- Centro Comercial, S.A.          GHP GmbH          Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl          Glunz AG          Glunz Service GmbH          Glunz UK Holdings Ltd</p>	<p>Glunz Uka GmbH          Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA          Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.          Harvey Dos Iberica, S.L.          Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda          Herco, Consultoria de Risco, S.A.          HighDome PCC Limited          Iberian Assets, SA          Igimo-Sociedade Imobiliária,SA          Iginha-Sociedade Imobiliária,SA.          Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA          IMOBEAUTY, S.A.          Imobiliária da Cacela, S.A.          Imoclub-Serviços Imobiliários,SA          Imoconti- Soc.Imobiliária,SA          Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.          Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA          Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA          Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA          Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA          Imoplamac Gestão de Imóveis,SA          Imoponte-Soc.Imobiliária,SA          Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.          Imoresultado-Soc.Imobiliária,SA          Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA          Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA          Impaper Europe GmbH          Implantação - Imobiliária, S.A.          Infocfield-Informática,SA          Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA          Inparvi SGPS, SA          Integrum - Energia, SA          Integrum ACE, SA          Integrum Colombo Energia, SA          Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.          INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.          INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.          Integrum Martim Longo - Energia, S.A.          Integrum Vale do Caima - Energia, SA          Integrum Vale do Tejo - Energia, SA          Interlog-SGPS,SA          Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.          Ioannina Develop. of Shopping Centers SA</p>
--	--



<p>Isoroy SAS          La Farga - Shopping Center, SL          Land Retail B.V.          Larim Corretora de Resseguros, Ltda          Larissa Develop. of Shopping Centers, SA          Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA          Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl          Libra Serviços, Lda.          Loop 5 - Shopping Centre, GmbH          Lusomundo España, SL          Lusomundo Imobiliária 2, SA          Lusomundo Moçambique, Lda          Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA          Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.          Luz del Tajo B.V.          Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.          Maiashopping- Centro Comercial, S.A.          Maiequipa-Gestão Florestal, SA  <b>Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.</b>          Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip, Lda          Marcas MC, ZRT          Marina de Tróia S.A.          Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda          Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA          Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA          Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA          MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda          MDS Africa SGPS, S.A.          MDS Auto - Mediação de Seguros, SA          MDS Corretor de Seguros, SA          Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda          MDS Malta Holding Limited          MDS, SGPS, SA          Megantic BV          Miral Administração Corretagem Seg, Ltda          MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA          Modalfa-Comércio e Serviços,SA          MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA          Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.          Modelo Continente Hipermercados,SA          Modelo Continente International Trade,SA          Modelo Hiper Imobiliária,SA          Modelo.com-Vendas p/Correspond.,SA          Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA</p>	<p>Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda          MSTAR, SA          Münster Arkaden BV          Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV          Norteshopping-Centro Comercial, S.A.          NOS AÇORES COMUNICAÇÕES, S.A.          NOS Comunicações, S.A.          NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.          NOS Lusomundo Cinemas, SA          NOS Lusomundo TV, S.A.          NOS MADEIRA COMUNICAÇÕES, S.A.          NOS PUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.          NOS, SGPS, S.A.          Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld          Nova Equador P.C.O. e Eventos          Novobord (PTY) Ltd.          Novodecor (PTY), LTD          OSB Deustchland GmbH          Pantheon Plaza BV          Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.          Pareuro, BV          Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA          Parklake Shopping Srl          Parque Atlântico Shopping - C.C., SA          Parque D. Pedro 1 B.V.          Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.          Parque Principado SL          Pátio Boavista Shopping Ltda.          Pátio Campinas Shopping Ltda          Pátio Goiânia Shopping Ltda          Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda          Pátio Penha Shopping Ltda.          Pátio São Bernardo Shopping Ltda          Pátio Sertório Shopping Ltda          Pátio Uberlândia Shopping Ltda          PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.          Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA          Per-Mar-Sociedade de Construções,SA          Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA          PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.          PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda          Plaza Eboli B.V.          Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.          Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.</p>
---	---



<p>Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.  Plaza Mayor Parque de Ocio,SA  Plaza Mayor Shopping B.V.  Plaza Mayor Shopping, SA  Pollface North America  Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA  Powercer -Soc.de Cogeração da Vialonga,SA  Praedium - Serviços, SA  Praedium II-Imobiliária,SA  Praedium SGPS, SA  Praesidium Services Limited  Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA  Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA  Prédios Privados Imobiliária,SA  Predisedas-Predial das Sedas,SA  Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH  Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl  Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH  Project 4, Srl  Project SC 1 BV  Project SC 2 BV  Project Sierra 10 BV  Project Sierra 11 BV  Project Sierra 12 BV  Project Sierra 2 B.V.  Project Sierra 6 BV  Project Sierra 8 BV  Project Sierra Four Srl  Project Sierra Spain 1 B.V.  Project Sierra Spain 2 B.V.  Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA  Project Sierra Spain 3 B.V.  Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA  Project Sierra Two Srl  Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.  <b>Público – Comunicação Social, S.A.</b>  Quorum Corretores de Seguros Ltda  Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA  Raso - Viagens e Turismo, S.A.  Raso, SGPS, SA  River Plaza BV  River Plaza Mall, Srl  Rochester Real Estate,Limited</p>	<p>Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.  RSI Corretora de Seguros, Ltda  S.C. Microcom Doi Srl  <b>Saphety – Transacciones Electronicas SAS</b>  Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.  <b>Saphety Level – Trusted Services, S.A.</b>  Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA  SC Aegean B.V.  SC Assets SGPS, SA  SC Finance BV  SC For -Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda  SC Mediterranean Cosmos B.V.  SC, SGPS, SA  SC-Consultadoria,SA  SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A  SCS Beheer,BV  SDSR - Sports Division 2, S.A.  SDSR - Sports Division SR, S.A.  Selifa-Empreendimentos Imobiliários,SA  Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA  Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,SA  Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA  Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA  Shopping Centre Colombo Holding, BV  Shopping Centre Parque Principado B.V.  SIAL Participações, Lda  Sierra Asia Limited  Sierra Berlin Holding BV  Sierra Brazil 1 B.V.  Sierra Central S.A.S.  Sierra Developments Holding B.V.  Sierra Developments, SGPS, S.A.  Sierra Enplanta Ltda  Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.  Sierra Germany GmbH  Sierra GP Limited  Sierra Greece, S.A.  Sierra Investimentos Brasil Ltda  Sierra Investments (Holland) 1 B.V.  Sierra Investments (Holland) 2 B.V.  Sierra Investments Holding B.V.  Sierra Investments SGPS, S.A.  Sierra Italy Holding B.V.</p>
---	---



<p>Sierra Italy Srl  Sierra Management Germany GmbH  Sierra Management Italy S.r.l.  Sierra Management Romania, Srl  <b>Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.</b>  Sierra Management, SGPS, S.A.  Sierra Portugal, S.A.  Sierra Portugal, SA  Sierra Project Nürnberg BV  Sierra Property Management Greece, SA  Sierra RE Greece BV  Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc  Sierra Romania Sh. Centers Services Srl  Sierra Services Holland 2 BV  Sierra Services Holland B.V.  Sierra Solingen Holding GmbH  Sierra Spain 2 Services, S.A.  Sierra Spain, Shop. Centers Serv., S.A.U.  Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL  Sierra Zenata Project B.V.  <b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>  SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA  <b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>  SISTAVAC, S.A.  SISTAVAC, SGPS, S.A.  SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda  <b>SKK – Central de Distr., S.A.</b>  SKK SRL  SKK-Central de Distr.,SA  SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos  <b>SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos</b>  Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA  Sociedade de Construções do Chile, S.A.  Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.  Société de Tranchage Isoroy S.A.S.  Société de Tranchage Isoroy SAS.  <b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  Socijofra-Sociedade Imobiliária,SA  <b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  Sociloures-Soc.Imobiliária,SA  Soconstrução BV  Sodesa, S.A.  Soflorin, BV  Soflorin,BV  <b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b></p>	<p>Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA  Solinca - Eventos e Catering, SA  Solinca - Health &amp; Fitness, SA  Solinca - Health and Fitness, SA  <b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>  Solinca-Investimentos Turísticos,SA  Solinfitness - Club Malaga, S.L.  <b>Solinfitness – Club Malaga, S.L.</b>  Solingen Shopping Center GmbH  SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA  <b>Soltoira – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.</b>  Soltoira-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA  Somit Imobiliária  Somit Imobiliária,SA  SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA  Sonae Capital Brasil, Lda  Sonae Capital, SGPS, SA  Sonae Capital,SGPS, S.A.  Sonae Center II S.A.  Sonae Center Serviços II, SA  Sonae Center Serviços, S.A.  <b>Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.</b>  Sonae Financial Services, S.A.  Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.  Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA  Sonae Indústria - Management Services,SA  <b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>  Sonae Industria (UK),Ltd  Sonae Industria de Revestimentos, S.A.  Sonae Industria de Revestimentos,SA  Sonae Indústria Manag. Serv, SA  Sonae Indústria-SGPS,SA  Sonae Investimentos, SGPS, SA  Sonae Investments,BV  Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA  Sonae Novobord (PTY) Ltd  Sonae RE, S.A.  Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA  Sonae SGPS, SA  Sonae Sierra Brasil SA  Sonae Sierra Brazil B.V.  Sonae Sierra, SGPS, S.A.  Sonae Tafibra Benelux, BV  Sonae Turismo-SGPS,SA  SONAECENTER SERVIÇOS, SA</p>
--	--



Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.  
 Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.  
**Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.**  
 Sonaecom BV  
 Sonaecom, SGPS, S.A.  
 Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos  
 Sonaerp - Retail Properties, SA  
 SONAESR - Serviços e logística, SA  
 Sonaetelecom BV  
 Sondis Imobiliária,SA  
 Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA  
 Sontel BV  
 Sontur BV  
 Sonvecap BV  
 Sopair, S.A.  
 Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist  
 Soternix-Produção de Energia, ACE  
 Spanboard Products,Ltd  
 SPF- Sierra Portugal  
 Spinarq Moçambique, Lda  
 Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA  
 Spinveste - Promoção Imobiliária, SA  
 Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA  
 Sport TV Portugal, SA  
 Sport Zone Canárias  
 Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA  
 Sport Zone Turquia  
 Spred, SGPS, SA  
 Tableros Tradema,S.L.  
 Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL  
 Tafibra Suisse, SA  
 Tafisa Canadá Societé en Commandite  
 Tafisa Développement  
 Tafisa France, SA  
 Tafisa Investissement  
 Tafisa Participation  
 Tafisa UK,Ltd  
 Tafisa-Tableros de Fibras, SA  
 Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL  
 Tecmasa Recicladados de Andalucía, S.L.  
 Tecnológica Telecomunicações LTDA.  
 Teconologias del Medio Ambiente,SA  
 Teliz Holding B.V.  
 Textil do Marco,SA  
 The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA  
 TLANTIC B.V.  
 Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA  
 Tlantic Sistemas de Informação Ltdª  
 Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.

Tool Gmbh  
 Torre Ocidente, Imobiliária,SA  
 Torre São Gabriel-Imobiliária,SA  
 Troia Market-Supermercados, S.A.  
 Troia Natura, S.A.  
 Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA  
 Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA  
 Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA  
**Unipress – Centro Gráfico, Lda**  
 Unishopping Administradora Ltda.  
 Unishopping Consultoria Imob. Ltda.  
 Upstar Comunicações SA  
 Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA  
 Valecenter Srl  
 VALORN, S.A.  
 Via Catarina- Centro Comercial, S.A.  
 Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.  
 Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA  
 Vuelta Omega, S.L.  
 We Do Technologies Panamá S.A.  
 We Do Technologies Singapore PTE. LTD.  
**WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.**  
**WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda**  
 WeDo Poland Sp. Z.o.o.  
 WeDo Technologies (UK) Limited  
 WeDo Technologies Americas, Inc.  
 WeDo Technologies Australia PTY Limited  
 WeDo Technologies BV  
**WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia**  
 WeDo Technologies Egypt LLC  
 WeDo Technologies Mexico, S de R.L.  
 Weiterstadt Shopping BV  
 World Trade Center Porto, S.A.  
 Worten Canárias  
 Worten España Distribución, SL  
 Worten-Equipamento para o Lar,SA  
 ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.  
 ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA  
 Zippy Turquia  
 Zon Audiovisuais, SGPS  
 Zon Cinemas, SGPS  
 ZON Finance BV  
 ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA  
 ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA  
 Zon TV Cabo SGPS SA  
 Zon TV Cabo, SA  
 Zubiarte Inversiones Inmob,SA  
 ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA

## 9.3. Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

### Balanços

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado)	dezembro 2013
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	45.207	265.893	52.710
Ativos intangíveis	1.b) e 3	6.319	7.976	7.092
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	52.612.142	1.073.289.642	66.580.286
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	25.000	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	1.192.926	-	-
Outros ativos não correntes	1.c), 1.e), 1.n), 4, 8 e 20	171.151.237	513.890.246	175.735.246
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>822.674.775</b>	<b>1.587.478.757</b>	<b>840.042.278</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	54.364.924	-	202.442.350
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	11.192.405	8.122.967	19.763.330
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	451.750	3.679.009	515.229
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	174.126.091	110.235.715	185.918.581
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>240.135.170</b>	<b>122.037.691</b>	<b>408.639.490</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.062.809.945</b>	<b>1.709.516.448</b>	<b>1.248.681.768</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	12	230.391.627	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	830.730.534	930.041.556	928.723.768
Resultado líquido do período		(5.949.600)	27.002.027	(90.569.383)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.046.730.757</b>	<b>1.314.848.647</b>	<b>1.195.959.449</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.i), 1.j), 4, 14.a) e 20	-	240.492.366	20.003.496
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	345.903	177.389	332.469
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	552.669	127.381	370.948
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>898.572</b>	<b>240.797.136</b>	<b>20.706.913</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 14.b) e 20	11.859.062	152.203.296	21.660.813
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	1.564.931	1.084.551	7.308.273
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	1.756.623	582.818	3.046.320
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>15.180.616</b>	<b>153.870.665</b>	<b>32.015.406</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.062.809.945</b>	<b>1.709.516.448</b>	<b>1.248.681.768</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

#### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 junho de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	abril a junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado)	abril a junho 2013 (não auditado)	dezembro 2013
Prestações de serviços	20	161.661	56.003	1.762.911	886.414	2.627.835
Outros proveitos operacionais	20	54.841	511	53.243	26.503	113.879
		216.502	56.514	1.816.154	912.917	2.741.714
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(477.382)	(236.508)	(1.173.749)	(496.452)	(2.142.911)
Custos com o pessoal	1.t), 23	(748.808)	(328.958)	(1.115.397)	(587.581)	(2.307.890)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(8.276)	(3.915)	(34.859)	(17.517)	(65.561)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	-	-	(100.465)	-	(90.138)
Outros custos operacionais		(135.646)	(119.480)	(19.271)	(9.564)	(39.962)
		(1.370.112)	(688.861)	(2.443.741)	(1.111.114)	(4.646.462)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 18	677.750	2.959.254	22.100.000	(775.000)	(147.101.781)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 18	(6.592.422)	(9.120.619)	-	-	46.636.719
Outros custos financeiros	1.c), 1.f), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 8, 14, 18 e 20	(953.299)	(348.850)	(6.729.954)	(3.433.475)	(11.211.267)
Outros proveitos financeiros	1.r), 8, 11, 18 e 20	2.033.243	(273.018)	12.818.435	6.557.344	24.502.045
Resultados correntes		(5.988.338)	(7.415.580)	27.560.894	2.150.672	(89.079.032)
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	38.738	1.376.766	(558.867)	(376.310)	(1.490.351)
Resultado líquido do período		(5.949.600)	(6.038.814)	27.002.027	1.774.362	(90.569.383)
<b>Resultados por ação</b>	22					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		(0,02)	(0,02)	0,07	0,00	(0,25)
Diluídos		(0,02)	(0,02)	0,07	0,00	(0,25)
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		(0,02)	(0,02)	0,07	0,00	(0,25)
Diluídos		(0,02)	(0,02)	0,07	0,00	(0,25)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 junho de 2014 e 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	junho 2014 (não auditado)	abril a junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado)	abril a junho 2013 (não auditado)	dezembro 2013
Resultado líquido do período		(5.949.600)	(6.038.814)	27.002.027	1.774.362	(90.569.383)
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-	-
Rendimento integral do período		(5.949.600)	(6.038.814)	27.002.027	1.774.362	(90.569.383)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
<b>2014</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449
Aplicação do resultado líquido de 2013										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(90.569.383)	(90.569.383)	90.569.383	-
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.949.600)	(5.949.600)
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(416.419)	-	(1.134.659)	(1.551.079)	-	(1.551.079)
<b>Saldo em 30 junho 2014</b>	<b>230.391.627</b>	<b>(8.441.804)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>-</b>	<b>8.441.804</b>	<b>33.845.670</b>	<b>830.730.534</b>	<b>(5.949.600)</b>	<b>1.046.730.757</b>

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
<b>2013</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071
Aplicação do resultado líquido de 2012										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	(43.281.102)
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	27.002.027	27.002.027
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto prazo	-	3.724	-	-	-	(3.724)	4.723	999	-	4.723
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	233.670	-	-	233.670	-	233.670
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)
<b>Saldo em 30 junho 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(8.441.804)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>477.558</b>	<b>8.441.804</b>	<b>132.679.133</b>	<b>930.041.556</b>	<b>27.002.027</b>	<b>1.314.848.647</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado)
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamentos ao pessoal	(2.112.671)	(1.264.003)
Fluxo gerado pelas operações	(2.112.671)	(1.264.003)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(210.980)	543.614
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	2.803.458	5.395.635
Fluxo das atividades operacionais (1)	479.807	4.675.246
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	17.932.148	15.260.284
Juros e proveitos similares	5.515.601	9.164.221
Empréstimos concedidos	2.495.000	4.490.000
Dividendos recebidos	1.321.504	24.700.000
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(7.023.078)	(15.260.284)
Ativos fixos tangíveis	-	(2.915)
Empréstimos concedidos	-	(15.263.199)
Fluxos das atividades de investimento (2)	20.241.175	38.351.306
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	14.551.000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(2.661.688)	(6.460.591)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(29.851.784)	-
Dividendos pagos	-	(43.281.102)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(32.513.472)	(37.690.735)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(11.792.490)	5.335.817
Caixa e seus equivalentes no início do período	185.918.581	103.717.414
Caixa e seus equivalentes no final do período	174.126.091	109.053.231

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

	junho 2014 (não auditado)	junho 2013 (não auditado)
<b>1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais</b>		
<b>a) Outras atividades empresariais</b>		
Reembolso de partes de capital na Sonaecom BV	14.720.000	-
Reembolso de partes de capital na Sonaetelecom BV	1.549.284	-
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	988.854	1.146.146
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	674.010	7.624.773
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	-	6.489.365
	<b>17.932.148</b>	<b>15.260.284</b>
<b>b) Outras atividades empresariais</b>		
Compra de ações Sonae SGPS	5.522.188	-
Cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	826.880	-
Cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	674.010	-
Aumento de capital social da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	7.624.773
Aumento de capital social do Público - Comunicação Social, S.A.	-	6.489.365
Aumento de capital social da Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	1.146.146
	<b>7.023.078</b>	<b>15.260.284</b>
<b>c) Dividendos recebidos</b>		
NOS, SGPS, S.A.*	1.321.504	-
Optimus, SGPS, S.A.	-	24.700.000
	<b>1.321.504</b>	<b>24.700.000</b>

\* Esta empresa alterou a sua denominação de ZonOptimus, SGPS, S.A. para NOS, SGPS, S.A. em junho de 2014.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

### O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



## 9.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 - 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 - 'Relato Financeiro Intercalar'

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de junho de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14
O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	
(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada foi contudo permitida.	
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos)	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de junho de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser

ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	1-jan-16
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de junho de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 30 de junho de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	4-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8



As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

#### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

#### c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a

empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, **por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros'** da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

#### d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) **são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos'**, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS. Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, **por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros'** da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

#### e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.



#### **(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### **(ii) 'Empréstimos e contas a receber'**

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

#### **(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

#### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o

direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.



#### f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registadas na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

#### h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.



#### k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) 'forwards' cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

#### l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### n) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não



correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

#### p) Reservas

##### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo  
De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

##### Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de junho de 2014, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 19,7 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 30 de junho de 2014.

#### q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.



As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2014		2013	
	30 junho	Média	30 junho	Média
Libra inglesa	1,2477	1,2175	1,1666	1,1758
Franco suíço	0,8226	0,8187	0,8105	0,8132
Coroa sueca	0,1090	0,1117	0,1139	0,1173
Dólar americano	0,7322	0,7296	0,7645	0,7619

#### s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;

- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

#### t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.


De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A



responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para os planos de ações Sonaecom, a empresa converteu a totalidade de tais planos em ações Sonae SGPS. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo referidos está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal' (Nota 23)

Em relação aos planos originalmente liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 incluem, essencialmente, as análises de

imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

#### Risco de mercado

##### a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).



Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*"natural hedge"*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-

determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – **Instrumentos Financeiros**), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.



A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.  
O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

#### Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

## 2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2014
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	657.825
Saldo final em 30 de junho 2014	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	657.825
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	605.115
Depreciações do período	2.258	36	2.758	-	2.451	-	7.503
Saldo final em 30 junho 2014	328.196	43.679	5.056	171	235.412	104	612.618
Valor líquido	20.718	179	17.004	-	7.306	-	45.207
<b>2013</b>							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	1.103.625
Adições	-	-	-	-	2.914	-	2.914
Saldo final em 30 de junho 2013	722.909	46.685	-	171	336.670	104	1.106.539
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	807.121
Depreciações do período	20.878	3.657	-	-	8.990	-	33.525
Saldo final em 30 de junho 2013	507.087	44.154	-	171	289.130	104	840.646
Valor líquido	215.822	2.531	-	-	47.540	-	265.893

### 3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Saldo final em 30 junho 2014	9.719	192.404	-	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do período	-	773	-	773
Saldo final em 30 junho 2014	9.719	186.085	-	195.804
Valor líquido	-	6.319	-	6.319
				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 30 junho 2013	9.719	192.404	-	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do período	380	954	-	1.334
Saldo final em 30 junho 2013	9.719	184.428	-	194.147
Valor líquido	-	7.976	-	7.976

## 4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de junho de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2014
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.192.926	-	1.192.926	-	1.192.926
Outros ativos não correntes (Nota 8)	171.151.237	-	-	171.151.237	-	171.151.237
	171.151.237	1.192.926	-	172.344.163	-	172.344.163
<b>Ativos correntes</b>						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	54.364.924	-	54.364.924	-	54.364.924
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	7.837.095	-	-	7.837.095	3.355.310	11.192.405
Outros ativos correntes	-	-	362.408	362.408	89.342	451.750
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	174.126.091	-	-	174.126.091	-	174.126.091
	181.963.186	54.364.924	362.408	236.690.518	3.444.652	240.135.170

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	513.890.246	-	-	513.890.246	-	513.890.246
	513.890.246	-	-	513.890.246	-	513.890.246
<b>Ativos correntes</b>						
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	6.312.695	-	-	6.312.695	1.810.272	8.122.967
Outros ativos correntes	-	-	3.516.284	3.516.284	162.725	3.679.009
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	110.235.715	-	-	110.235.715	-	110.235.715
	116.548.410	-	3.516.284	120.064.694	1.972.997	122.037.691

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não correntes	-	-	-	552.669	552.669	552.669
	-	-	-	552.669	552.669	552.669
<b>Passivo corrente</b>						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	11.859.062	-	11.859.062	-	11.859.062	11.859.062
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	1.561.871	1.561.871	3.060	1.564.931	1.564.931
Outros passivos correntes	-	668.225	668.225	1.088.398	1.756.623	1.756.623
	11.859.062	2.230.096	14.089.158	1.091.458	15.180.616	15.180.616

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	240.492.366	-	240.492.366	-	240.492.366	240.492.366
Outros passivos não correntes	-	-	-	127.381	127.381	127.381
	240.492.366	-	240.492.366	127.381	240.619.747	240.619.747
<b>Passivo corrente</b>						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	152.203.296	-	152.203.296	-	152.203.296	152.203.296
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	944.158	944.158	140.393	1.084.551	1.084.551
Outros passivos correntes	-	440.633	440.633	142.185	582.818	582.818
	152.203.296	1.384.791	153.588.087	282.578	153.870.665	153.870.665

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. Investimentos em empresas do grupo


Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
Sonaetelecom BV	73.460.618	75.009.902
Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.176.546
Sonaecom BV	10.300.000	25.020.000
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')*	-	5.714.245
OPTIMUS, SGPS, S.A. ('Optimus SGPS')	-	1.005.866.218
	158.130.357	1.185.306.093
Perdas de imparidade (Nota 15)	(105.518.215)	(112.016.451)
<b>Total de investimentos em empresas do grupo</b>	<b>52.612.142</b>	<b>1.073.289.642</b>

\* Empresa dissolvida em maio de 2014.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 junho 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	(1.549.284)	-	73.460.618
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	(14.720.000)	-	10.300.000
Miauger	5.714.245	826.880	-	(6.541.125)	-
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	179.439.876	1.500.890	(16.269.284)	(6.541.125)	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(112.859.590)	(441.856)	2.230.959	5.552.272	(105.518.215)
	66.580.286	1.059.034	(14.038.325)	(988.853)	52.612.142



Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 junho 2013
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
PCJ	3.551.772	7.624.774	-	-	11.176.546
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
Miauger	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	1.170.070.809	15.260.284	-	-	1.185.306.093
Perdas de imparidade (Nota 15)	(97.197.713)	-	20.000	(14.838.738)	(112.016.451)
	1.072.873.096	15.260.284	20.000	(14.838.738)	1.073.289.642

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS, SGPS, S.A. (doravante 'NOS'), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt') (Nota 6). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da NOS (Nota 7).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 14,6 milhões de euros (Nota 8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros<sup>1</sup> (Nota 6), suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

Deste modo, em resultado do desreconhecimento do investimento financeiro da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e dos suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 167 milhões de euros.

<sup>1</sup> A participação da Zopt de 598 milhões de euros ( $598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$ ) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.



No período findo em 30 de junho de 2014, os valores de 826.880 euros e 674.010 de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

No período findo em 30 de junho de 2014, os valores de 1.549.284 e 14.720.000 de diminuições na SonaeTelecom BV e Sonaecom BV, correspondem a devoluções de partes de capital. As linhas de 'transferências e utilizações' correspondem ao desreconhecimento do investimento na Miauger, empresa liquidada em maio 2014.

No período findo em 30 de junho de 2013, os valores de 7.624.774 euros e 6.489.365 euros de aumentos na PCJ e Público, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social e o valor de 1.146.145 euros de aumento na Miauger corresponde a um aumento de capital para cobertura de prejuízos.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.071.460.960 euros, um passivo consolidado de 78.615.314 euros, proveitos operacionais consolidados de 66.346.551 euros e capitais próprios consolidados de 992.845.646 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 30 de junho de 2014, de 2.240.072 euros.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2014			2013		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.280.860.857	30.923.065	50%	13.284	(36.592)
Sonaecom SI	Maia	100%	85.950.226	(51.072)	100%	86.014.037	1.457.389
PCJ	Maia	100%	1.314.239	74.794	100%	2.013.334	99.879
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	377.255	135.854	100%	14.765.934	186.091
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	66.346	(1.800)	100%	1.615.854	(19)
Sonaecom SP	Maia	100%	(26.904)	(110.220)	100%	48.450	(1.585)
Público	Maia	100%	(1.216.955)	(1.386.190)	100%	396.875	(995.530)
Miauger (a)	Maia	-	-	-	100%	142.760	(76.094)
Optimus SGPS	Maia	-	-	-	100%	996.019.685	43.219.594

(a) Empresa dissolvida em maio de 2014

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo em empreendimentos conjuntos registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor dos sistemas de informação.

Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	13,0%	12,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%	2,0%

## 6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')	597.666.944	25.000

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos (Nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 junho 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos (Nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 junho 2013
ZOPT	25.000	-	-	-	25.000

## 7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 5), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

No período findo em 30 de junho de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de junho de 2014 foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(7.931.359)	-	52.860.154
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	17.433	(37.725)	2.697.696
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(7.913.926)	(37.725)	55.557.850
Registado em ativos não correntes						1.192.926
Registado em ativos correntes						54.364.924

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado em outras rubricas da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de junho de 2014 do investimento da NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	4,8	1,199
Justo valor	52.860.154	2.697.696

\* Utilizada a cotação de 30 de junho de 2014 no apuramento do justo valor.

## 8. Outros ativos não correntes

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	13.370.000	12.590.000
PCJ	4.400.000	4.690.000
Público	1.780.000	-
Optimus SGPS	-	312.850.000
Sonaecom BV	-	810.000
	19.550.000	330.940.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	-
Sonae com SI	39.951.792	39.951.792
Público	2.182.405	1.332.405
PCJ	1.189.445	1.863.455
Miauger	-	158.854
Optimus SGPS	-	144.630.000
	158.323.642	187.936.506
	177.873.642	518.876.506
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(6.722.405)	(4.986.260)
	171.151.237	513.890.246

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

					2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15.655.000	-	(2.285.000)	-	13.370.000
PCJ	4.610.000	-	(210.000)	-	4.400.000
Público	1.780.000	-	-	-	1.780.000
	22.045.000	-	(2.495.000)	-	19.550.000
2013					
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	312.850.000	-	-	-	312.850.000
Sonae com SI	15.815.000	-	(3.225.000)	-	12.590.000
PCJ	4.690.000	-	-	-	4.690.000
Sonaecom BV	2.075.000	-	(1.265.000)	-	810.000
	335.430.000	-	(4.490.000)	-	330.940.000

Durante os períodos findos em 30 de junho 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	-	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
Público	2.182.405	-	-	-	2.182.405
PCJ	1.863.455	-	(674.010)	-	1.189.445
Miauger	988.853	-	(988.853)	-	-
Optimus SGPS	-	-	-	-	-
	159.986.505	-	(1.662.863)	-	158.323.642

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	144.630.000	-	-	-	144.630.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
PCJ	9.488.228	-	(7.624.773)	-	1.863.455
Público	7.821.770	-	(6.489.365)	-	1.332.405
Miauger	1.305.000	-	(1.146.146)	-	158.854
	203.196.790	-	(15.260.284)	-	187.936.506

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 5,73% e 5,62%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

## 9. Impostos diferidos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos reportáveis	1.233.585	12.649.648
Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	27.957.268	31.255.818
Total	29.190.853	43.905.466

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2014	2013
2007	-	12.649.648
2014	1.233.585	-
	1.233.585	12.649.648

Para o período findo a 30 de junho de 2014, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. Para o período findo a 30 de junho de 2013, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é como se segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	(5.988.338)	27.560.894
Imposto	1.377.318	(6.890.224)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(1.971)	(225.874)
Provisão para impostos (Notas 15 e 19)	-	(2.575)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	1.472.605	(596.713)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	(1.524.002)	6.165.266
Ativos por impostos diferidos não registados	(1.285.212)	
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	-	991.253
<b>Impostos registados no período (Nota 19)</b>	<b>38.738</b>	<b>(558.867)</b>

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% para 2014 e 25% para 2013, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2014 e 2013.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 e 2013 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2010 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014.

## 10. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos	3.355.310	1.810.272
Outros devedores	7.837.095	6.312.695
	<b>11.192.405</b>	<b>8.122.967</b>

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 30 de junho de 2014 e 2013, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros, imposto sobre o rendimento a ser recuperado e imposto sobre o valor acrescentado.

## 11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	474	1.042
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	145.117	41.673
Aplicações de tesouraria	173.980.500	110.193.000
	174.126.091	110.235.715
Descobertos bancários (Nota 14)	-	(1.182.484)
	174.126.091	109.053.231

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2014	2013
Aplicações bancárias	169.850.500	-
Público	2.760.000	2.655.000
Sonaecom SI	1.100.000	-
Sonaecom SP	130.000	-
PCJ	120.000	5.000
Sonaecom BV	20.000	-
We Do	-	858.000
Mainroad	-	470.000
Saphety	-	40.000
Lugares Virtuais	-	840.000
Optimus SGPS	-	105.325.000
	173.980.500	110.193.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de junho de 2014, venceram juros a uma taxa média de 1,42% (5,57% em 2013).

## 12. Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respectivamente, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro, respectivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	80.822.964	25,96%	3.430.000	0,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.882.940	9,92%	89.932.361	24,56%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Atlas Service Belgium**	-	-	73.249.374	20,00%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.*	-	-	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

\* No período findo em 30 de junho de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

\*\* A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respectivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respectivamente.



Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

### 13. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 12, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

## 14. Empréstimos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-14/ jan-15/jul-15	Parcelar	-	20.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(1.355.060)
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	1.711.194
				-	180.356.134
Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
Papel Comercial	30.000.000	nov-14	-	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(116.238)
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	252.470
				-	60.136.232
				-	240.492.366

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	11.802.216	17.044.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	56.846	181.282
				11.859.062	17.225.282
Papel Comercial	25.000.000	jul-13	-	-	25.000.000
Papel Comercial	100.000.000	jun-14	-	-	100.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(17.842)
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	8.372
				-	124.990.530
Contas correntes caucionadas	16.500.000	jul-13	-	-	8.805.000
Descobertos autorizados (Nota 11)	2.500.000	out-13	-	-	1.173.239
Descobertos bancários (Nota 11)	-	-	-	-	9.245
				-	9.987.484
				11.859.062	152.203.296

### Empréstimos Obrigacionistas

Em março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de outro Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 40 milhões de euros, sem garantias, e pelo prazo de 5 anos. O empréstimo vence juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa – Banco de Investimento. Esta emissão obrigacionista foi



admitida à negociação no mercado da Euronext Lisbon. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista foi cedido à NOS.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda a sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à NOS.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período de 2014, foi de 4,83% (2,48%, em 2013).

#### Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonae SGPS.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização destas linhas de crédito.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à NOS a capacidade de utilização desta linha de crédito.



A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no período de 2013, foi de 4,03%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

#### Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 5), foi cedida à NOS, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2014	2013
Zopt	11.557.500	-
Sonaecom SP	235.000	45.000
Sonaetelecom BV	9.716	1.599.000
Sonaecom BV	-	8.715.000
Digitmarket	-	4.955.000
Miauger	-	145.000
Sonae com SI	-	1.585.000
	11.802.216	17.044.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 2,01% e 3,12%, respetivamente.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
<b>2014</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
<b>2013</b>						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	150.000.000	30.000.000	-	-	-
Juros	6.569.186	4.984.174	956.318	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	30.000.000	30.000.000	-	-	-
Juros	2.690.353	1.712.233	95.725	-	-	-
	<b>9.259.539</b>	<b>186.696.407</b>	<b>61.052.043</b>	-	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de junho de 2013.

À data de 30 de junho de 2014 e 2013, as linhas de crédito bancário disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2014</b>					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	<b>1.000.000</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>		
<b>2013</b>					
Papel comercial	100.000.000	100.000.000	-	x	
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	25.000.000	-	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes caucionadas	16.500.000	8.805.000	7.695.000	x	
Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	1.173.239	1.326.761	x	
Diversos	-	9.245	-	x	
	<b>409.000.000</b>	<b>374.987.484</b>	<b>34.021.761</b>		

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

## 15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências e utilizações	Saldo Final
<b>2014</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	112.859.590	17.154	(1.806.258)	(5.552.273)	105.518.213
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	6.296.259	1.415.000	-	(988.854)	6.722.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	28	-	13.406	345.903
	119.488.318	1.432.182	(1.806.258)	(6.527.721)	112.586.521
<b>2013</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	97.197.713	-	(20.000)	14.838.738	112.016.451
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	17.204.998	2.620.000	-	(14.838.738)	4.986.260
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	103.136	(706)	-	177.389
	114.477.670	2.723.136	(20.706)	-	117.180.100

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registrados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registrados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 30 de junho de 2013, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.575 euros, registrado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 19). Em 30 de junho de 2014 e 2013 o montante de 28 euros e 96 euros, respetivamente, registrado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeita à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)). Adicionalmente, em 30 de junho de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, o montante de 100.465 euros para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

## 16. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Outros credores	1.561.871	944.158
Estado e outros entes públicos	3.060	140.393
	1.564.931	1.084.551

## 17. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Trabalhos especializados	337.905	969.375
Deslocações e estadas	47.432	57.407
Seguros	23.003	24.916
Comunicação	22.422	27.632
Rendas e alugueres	17.059	56.278
Outros fornecimentos e serviços externos	29.561	38.141
	477.382	1.173.749

## 18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo</b>		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(1.432.154)	(2.600.000)
Ganhos relativos a empresas do grupo	2.109.904	24.700.000
	677.750	22.100.000
<b>Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados</b>		
Ganhos e perdas relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	(7.913.926)	-
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(6.592.422)	-
<b>Outros custos financeiros</b>		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(487.346)	(2.391.394)
Outros empréstimos	(214.174)	(4.151.784)
	(701.520)	(6.543.178)
Outros custos financeiros	(251.779)	(186.776)
	(251.779)	(186.776)
	(953.299)	(6.729.954)
<b>Outros proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	1.876.901	12.818.304
Diferenças de câmbio favoráveis	245	131
Outros proveitos financeiros	156.097	-
	2.033.243	12.818.435

Em 30 de junho de 2014, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Nota 13), no valor de 1.415.000 euros e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 17.154 euros (Nota 13).

Em 30 de junho de 2014, os ganhos relativos a empresas do Grupo incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo em outros ativos não correntes, no valor de 1.806.258 euros e o ganho resultante da liquidação da subsidiária Miauger, no valor de 303.646 euros.

Em 30 de junho de 2013, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Nota 13), no valor de 2.620.000 euros e a diminuição de perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo (Nota 13), no valor de 20.000 euros.

Em 30 de junho de 2013, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Optimus SGPS.

## 19. Imposto sobre o rendimento


O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013
Imposto corrente	38.738	(556.292)
Provisão para impostos (Notas 9 e 15)	-	(2.575)
<b>Saldo final</b>	<b>38.738</b>	<b>(558.867)</b>

## 20. Entidades relacionadas


Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 30 de junho de 2014 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	(9.890)	-	-	(14.844)	-
<b>Subsidiárias</b>					
PCJ	165.558	-	120.000	22.334	4.400.000
Público	71.389	1.143.767	2.760.000	(22.448)	1.780.000
Sonae com SI	634.020	5.409	1.100.000	83.346	13.370.000
Sonaecom BV	1.910	357.408	20.000	150	(38.360)
Sonae Telecom BV	-	37.883	-	-	(13.833)
Sonaecom SP	13.359	55.325	130.000	200	(235.055)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Digitmarket	2.984	19.715	-	-	-
Mainroad	31.177	32.451	-	199	-
Saphety	15.981	6.479	-	60	-
Sonaecenter II	26.958	-	-	(141.390)	-
Wedo	1.903.540	-	-	563	-
ZOPT	92.000	-	-	49.514	11.571.814
Outros	-	29.971	-	(13.230)	-
	<b>2.948.986</b>	<b>1.688.408</b>	<b>4.130.000</b>	<b>(35.546)</b>	<b>30.834.566</b>



	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldo a 30 de junho de 2013 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	-	-	(14.844)	-
<b>Subsidiárias</b>					
Miauger	(7.481)	-	-	-	(146.429)
Optimus SGPS	5.581.764	-	105.325.000	3.237.197	312.850.000
PCJ	205.796	-	5.000	22.907	4.690.000
Público	(2.241.009)	-	2.655.000	33.989	-
Sonae com SI	196.756	-	-	58.890	10.993.512
Sonae com BV	72.881	-	-	3.789	(8.024.235)
Sonae telecom BV	-	-	-	-	(1.611.592)
Sonae com SP	12	-	-	-	(45.370)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Artis	(1.450.105)	3.382	-	-	-
Be Towering	(17.688)	-	-	-	-
Digitmarket	4.784	1.505	-	-	(4.989.600)
Lugares Virtuais	(152.035)	-	840.000	11.146	-
Mainroad	185.279	4.269	470.000	13.948	-
NOS Comunicações	3.687.494	153.703	-	45.787	-
Saphety	8.726	5.433	40.000	50.421	(1.568)
Sontária	(5.628)	3.055	-	1.783	-
Wedo	184.588	-	858.000	25.920	-
Outros	(307)	103.905	-	(59.480)	-
	6.253.827	275.252	110.193.000	3.431.453	313.714.718

	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 18)	Transações a 30 de junho de 2014 Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	-	(771)	1.001.287	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(1.573)	-
PCJ	-	-	130.327	-
Público	(4.444)	367	113.493	1
Sonae com SI	-	15.466	426.465	-
Sonae com BV	-	-	(154.777)	-
Sonae telecom BV	-	-	(16.665)	-
Sonae com SP	-	146.826	4.378	-
Wedo	87.945	-	24.646	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Digitmarket	24.053	1.329	(18.361)	-
Mainroad	30.053	-	6.137	-
Saphety	24.053	1.546	6.482	-
Sonae center II	-	53.191	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	40.004	-	-
Outros	-	659	-	-
	161.660	258.617	1.521.839	1



				Transações a 30 de junho de 2013
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 15)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	-	-	(14.844)	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(3.175)	-
Optimus SGPS	-	-	12.163.749	-
PCJ	-	-	135.103	-
Público	59.695	(39.503)	52.236	-
Sonae com SI	2.313	-	341.441	-
Sonaecom BV	-	-	(208.394)	-
Sonaetelecom BV	-	-	(25.068)	-
Sonaecom SP	-	-	(752)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Be Artis	-	14.266	-	-
Be Towering	-	(22.420)	-	-
Digitmarket	23.336	(2.193)	(67.941)	-
Lugares Virtuais	10.712	1.500	19.465	-
Mainroad	35.003	(600)	19.713	-
NOS Comunicações	1.558.469	366.875	-	52.537
Saphety	21.423	(71.889)	(5.062)	-
Sonae Center Serviços II	(9.917)	394.717	-	-
Sontária	-	11.469	-	-
Wedo	61.877	3.410	30.726	-
Outros	-	45.359	-	-
	1.762.911	700.991	12.437.197	52.537

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. irá restituir o valor remanescente em dívida.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

## 21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de junho de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	1.435.379	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	2.696.853
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	-	16.795
		1.658.001	8.669.379

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.503.072 euros.

Em 30 de junho de 2014, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

## 22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (5.949.600 euros negativos em 2014 e 27.002.027 euros em 2013) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, deduzidas das ações próprias (324.071.300 em 2014 e 361.206.812 em 2013).

## 23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 dezembro 2013	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	206.064
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	221.505
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	129.694
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efectuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Período de Diferimento		10 março 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

\* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.

Desta forma, os planos em aberto a 30 de junho de 2014 são os seguintes:

	Cotação 30 junho 2014/ Atribuição	Período de Diferimento		30 junho 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)</b>					
Plano 2011	1,199	09-mar-12	10-mar-15	2	466.679
Plano 2012	1,199	08-mar-13	10-mar-16	2	273.247
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,199	10-mar-14	10-mar-17	2	273.247

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2013:</b>				
Ainda diferidas	6	557.263	6	798.591
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>557.263</b>	<b>6</b>	<b>798.591</b>
<b>Movimentos no período:</b>				
Atribuídas	-	-	2	266.008
Vencidas	-	-	(4)	(637.287)
Convertidas	(6)	(557.263)	6	1.142.972
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	-	-	42.729
<b>Saldo a 30 junho 2014:</b>				
Ainda diferidas	-	-	10	1.613.013
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>1.613.013</b>

\*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade de todos os planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos, originalmente, de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Ações Sonaecom
	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011
Valor nocional	323.727	268.451	492.439
Maturidade	mar-15	mar-16	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2		
Método de valorização	Custo atual de substituição		
<b>Justo valor*</b>	<b>632.845</b>	<b>192.551</b>	<b>281.929</b>

\* Utilizada a cotação de 30 de junho de 2014 no apuramento do justo valor.

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato e no dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o mesmo.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 30 de junho de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações Zon Optimus SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.905.435	3.376.254	399.083	6.680.772
Custos reconhecidos no período	57.543	232.547	20.039	310.129
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	(531.505)	1.666.165	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.431.473)	(3.112.960)	-	(5.544.433)
Custos de planos exercidos no período	-	(992.675)	-	(992.675)
	-	1.169.331	419.122	1.588.453
Responsabilidade dos Planos	281.929	1.994.727	419.122	2.695.778
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	(281.929)	(825.396)	-	(1.107.325)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa (2)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em Outros passivos correntes	-	859.877	218.955	1.078.832
Registados em Outros passivos não correntes	-	309.454	243.215	552.669
Registados em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.551.080 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de agosto de 2014.

## Anexo

A 30 de junho de 2014, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Sonaetelecom BV
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Público – Comunicação Social, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Saphety Level– Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonaecom BV	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV
Sonaecom, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding,SGPS, S.A	BIG Picture 2 Films
ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands B.V.	Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA
Aegean Park,SA	BOM MOMENTO - Restauração, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA
Agepan Tarket Laminare Park GmbH Co. KG	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
Airone - Shopping Centre, Srl	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	CCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
Arat Inmuebles, S.A.	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Cinclus Imobiliária,SA
Aserraderos de Cuellar,SA	Citorres-Sociedade Imobiliária,SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc.Flu.e Marit,SA	Colombo Towers Holding, BV
Avenida M-40 B.V.	Companhia Térmica Hectare, ACE
Azulino Imobiliária, S.A.	Companhia Térmica Tagol, Lda.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
BA Capital, SGPS	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
BB Food Service, SA	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Continente Hipermercados, S.A.
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
Beeskow Holzwerkstoffe	Craiova Mall BV
Beralands BV	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	CTE-Central Termoelct. do Estuário, Lda



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.
Darbo SAS	Harvey Dos Iberica, S.L.
Discovery Sports, SA	Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda
Distodo Distribui e Logist,Lda	Herco, Consultoria de Risco, S.A.
Dortmund Tower GmbH	HighDome PCC Limited
Dos Mares - Shopping Centre B.V.	Iberian Assets, SA
Dos Mares-Shopping Centre, S.A.	Igimo-Sociedade Imobiliária,SA
Dreamia, B.V	Iginha-Sociedade Imobiliária,SA.
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	IMOBEAUTY, S.A.
Ecociclo II	Imobiliária da Cabela, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários,SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoconti- Soc.Imobiliária,SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA
Equador & Mendes,Lda	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis,SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoponte-Soc.Imobiliaria,SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, SA	Imoresultado-Soc.Imobiliaria,SA
Fashion Division Canárias, SL	Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA
Fashion Division, S.A.	Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA
Feneralit-Produção de Energia, ACE	Impaper Europe GmbH
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA	Infocfield-Informática,SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, SA
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Integrum ACE, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, SA
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.
Gaishopping I- Centro Comercial, S.A.	INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.
Gaishopping II- Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
GHP GmbH	Integrum Vale do Caima - Energia, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Integrum Vale do Tejo - Energia, SA
Glunz AG	Interlog-SGPS,SA
Glunz Service GmbH	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
Glunz UK Holdings Ltd	Ioannina Develop. of Shopping Centers SA
Glunz Uka GmbH	Isoroy SAS
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	La Farga - Shopping Center, SL



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Land Retail B.V.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	Norteshopping-Centro Comercial, S.A.
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	NOS Açores Comunicações, SA
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	NOS Comunicações, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	NOS Lusomundo Audiovisuais, SA
Libra Serviços, Lda.	NOS Lusomundo Cinemas, SA
Loop 5 - Shopping Centre, GmbH	NOS Lusomundo TV Lda
Lusomundo Espanha, SL	NOS Madeira Comunicações, SA
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOS, SGPS, S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda	NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Luz del Tajo B.V.	Novobord (PTY) Ltd.
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Novodecor (PTY), LTD
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	OSB Deutschland GmbH
Maiequipa-Gestão Florestal, SA	Pantheon Plaza BV
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip, Lda	Paracentro - Gest. de Galerias Com., S.A.
Marcas MC, ZRT	Pareuro, BV
Marina de Tróia S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Parklake Shopping Srl
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob., SA	Parque Atlântico Shopping - C.C., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob., SA	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Parque Principado SL
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Campinas Shopping Ltda
MDS Corretor de Seguros, SA	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Penha Shopping Ltda.
MDS, SGPS, SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Megantic BV	Pátio Sertório Shopping Ltda
Miral Administração Corretagem Seg, Ltda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes, SA
Modalfa-Comércio e Serviços, SA	Per-Mar-Sociedade de Construções, SA
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Modelo - Dist.de Mat. de Construção, S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, SA	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Modelo Continente International Trade, SA	Plaza Eboli B.V.
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
Modelo.com-Vendas p/Correspond., SA	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
MSTAR, SA	Plaza Mayor Shopping B.V.
Münster Arkaden BV	Plaza Mayor Shopping, SA



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Poliface North America	SC Finance BV
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	SC For-Serv.Forme.Desenv.R.H.,Unip.,Lda
Powercer-Soc.de Cogeração da Vialonga,SA	SC Mediterranean Cosmos B.V.
Praedium - Serviços, SA	SC, SGPS, SA
Praedium II-Imobiliária,SA	SC-Consultadoria,SA
Praedium SGPS, SA	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A
Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA	SCS Beheer,BV
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Prédios Privados Imobiliária,SA	SDSR - Sports Division SR, S.A.
Predisedas-Predial das Sedas,SA	Selfa- Empreendimentos Imobiliários,SA
Proj.Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA
Proj.Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl	Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,SA
Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
Project 4, Srl	Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA
Project SC 1 BV	Shopping Centre Colombo Holding, BV
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 10 BV	SIAL Participações, Lda
Project Sierra 11 BV	Sierra Asia Limited
Project Sierra 12 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra 2 B.V.	Sierra Brazil 1 B.V.
Project Sierra 6 BV	Sierra Central S.A.S.
Project Sierra 8 BV	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Four Srl	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA	Sierra Germany GmbH
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra GP Limited
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA	Sierra Greece, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Quorum Corretores de Seguros Ltda	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Raso, SGPS, SA	Sierra Investments Holding B.V.
River Plaza BV	Sierra Investments Holding B.V.
River Plaza Mall, Srl	Sierra Investments SGPS, S.A.
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Investments SGPS, S.A.
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Italy Holding B.V.
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Italy Holding B.V.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Italy Srl
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	Sierra Management Germany GmbH
SC Aegean B.V.	Sierra Management Italy S.r.l.
SC Assets SGPS, SA	Sierra Management Romania, Srl



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
Sierra Management, SGPS, S.A.	Solinca - Eventos e Catering, SA
Sierra Management, SGPS, S.A.	Solinca - Health & Fitness, SA
Sierra Portugal, S.A.	Solinca - Health and Fitness, SA
Sierra Portugal, SA	<b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>
Sierra Project Nürnberg BV	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sierra Property Management Greece, SA	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sierra RE Greece BV	<b>Solinfitness – Club Malaga, S.L.</b>
Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc	Solingen Shopping Center GmbH
Sierra Romania Sh. Centers Services Srl	Solingen Shopping Center GmbH
Sierra Services Holland 2 BV	SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA
Sierra Services Holland B.V.	SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA
Sierra Solingen Holding GmbH	<b>Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.</b>
Sierra Spain 2 Services, S.A.	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sierra Spain, Shop. Centers Serv.,S.A.U.	Somit Imobiliária
Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL	Somit Imobiliária,SA
Sierra Zenata Project B.V.	SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA
<b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>	Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA	Sonae Capital Brasil, Lda
<b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>	Sonae Capital Brasil, Lda
SISTAVAC, S.A.	Sonae Capital, SGPS, SA
SISTAVAC, S.A.	Sonae Capital,SGPS, S.A.
SISTAVAC, SGPS, S.A.	Sonae Center II S.A.
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Sonae Center Serviços II, SA
<b>SKK – Central de Distr., S.A.</b>	Sonae Center Serviços, S.A.
SKK SRL	Sonae Financial Services, S.A.
SKK SRL	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
SKK-Central de Distr.,SA	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonae Indústria - Management Services,SA
<b>SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos</b>	<b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	Sonae Industria (UK),Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonae Industria de Revestimentos,SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Société de Tranchage Isoroy SAS.	Sonae Indústria-SGPS,SA
<b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Socijofra-Sociedade Imobiliária,SA	Sonae Investimentos, SGPS, SA
<b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>	Sonae Investments,BV
Sociloures-Soc.Imobiliária,SA	Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Soconstrução BV	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Soconstrução BV	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sodesa, S.A.	Sonae RE, S.A.
Soflorin, BV	Sonae RE, S.A.
Soflorin, BV	Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA
<b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b>	Sonae SGPS, SA



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Sonae Sierra Brasil SA	Textil do Marco,SA
Sonae Sierra Brazil B.V.	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	TLANTIC B.V.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA
Sonae Turismo-SGPS,SA	Tlantic Sistemas de Informação Ltd <sup>a</sup>
SONAECENTER SERVIÇOS, SA	Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Tool GmbH
Sonaerp - Retail Properties, SA	Torre Ocidente, Imobiliária,SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Torre São Gabriel-Imobiliária,SA
Sondis Imobiliária,SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA	Troia Natura, S.A.
Sontel BV	Troiaresort-Investimentos Turísticos,SA
Sontur BV	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonvecap BV	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sopair, S.A.	<b>Unipress – Centro Gráfico, Lda</b>
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Unishopping Administradora Ltda.
Soternix-Produção de Energia, ACE	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Spanboard Products,Ltd	Upstar Comunicações SA
SPF- Sierra Portugal	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Spinarq Moçambique, Lda	Valecenter Srl
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	VALORN, S.A.
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	Via Catarina- Centro Comercial, S.A.
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Sport TV Portugal, SA	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Sport Zone Canárias	Vuelta Omega, S.L.
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	Weierstadt Shopping BV
Sport Zone Turquia	World Trade Center Porto, S.A.
Spred, SGPS, SA	Worten Canárias
Tableros Tradema,S.L.	Worten España Distribución, SL
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Worten-Equipamento para o Lar,SA
Tafibra Suisse, SA	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tafisa Développement	Zippy Turquia
Tafisa France, SA	Zon Audiovisuais, SGPS
Tafisa Investissement	Zon Cinemas, SGPS
Tafisa Participation	ZON Finance BV
Tafisa UK,Ltd	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
Tafisa-Tableros de Fibras, SA	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	Zon TV Cabo SGPS SA
Tecmasa Reciclados de Andalucía, S.L.	Zon TV Cabo, SA
Teconologías del Medio Ambiente,SA	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Teliz Holding B.V.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.

Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom  
[www.sonae.com](http://www.sonae.com)

### Contacto para os Investidores

Carlos Alberto Silva  
[carlos.alberto.silva@sonae.com](mailto:carlos.alberto.silva@sonae.com)

Maria Helena Almeida  
[maria.almeida@sonae.com](mailto:maria.almeida@sonae.com)

Sonaecom, SGPS, S.A.

Edifício 1.A

Lugar do Espido - Via Norte

4471-909 Maia